



SENADO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DA MESA

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE

INQUÉRITO

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 569, de 2009, composta de onze membros titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS) e a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

### ATA DA 10ª REUNIÃO DE 2009

Ata Circunstanciada da 10ª Reunião de 2009, realizada em 06 de outubro de 2009, às quatorze horas e dezesseis minutos, na Sala nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho, com a presença dos (as) Senadores (as): **Antonio Carlos Júnior (DEM)**, **Álvaro Dias (PSDB)**, **Sérgio Guerra (PSDB)**, **João Pedro (PT)**, **Romero Jucá (PMDB)**, **Jefferson Praia (PDT)**, **Delcídio Amaral (PT)** e **Gim Argello (PTB)**. **Na oportunidade ocorreram as oitivas dos Senhores; Iton José Rossetto Filho** – Gerente Setorial de Serviços e Contratação da área de Exploração e Produção; **Erardo Gomes Barbosa Filho** – Gerente Executivo de Serviços da área de Exploração e Produção; **Carlos Alberto Gomes de Aguiar** – Procurador da República; e **Claudio Nogueira** – Delegado Federal responsável pela operação “Águas Profundas”.

**SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Havendo número para a oitiva, eu declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento 569, de 2009, destinada a apurar irregularidades envolvendo a Empresa do Petróleo Brasileiro, PETROBRAS. Não vou submeter à votação as atas, nós temos duas atas para apreciação, por conta do *quorum*.

Mas nós vamos começar nossos trabalhos com a presença do Senador Alvaro Dias, nosso relator Romero Jucá. E eu solicito que a secretaria traga para compor a Mesa os nossos convidados. Está presente já o Sr. Claudio Nogueira, que é Delegado da Polícia Federal e responsável pela Operação Águas Profundas; o Sr. Carlos Alberto Gomes de Aguiar, que é Procurador da República e o Sr. Erardo Gomes Barbosa Filho, que é Gerente Executivo de serviços da área de exploração e produção. O Sr. Iton José Rossetto Filho se encontra? Ok.

Vamos começar os trabalhos. A oitiva de hoje tem como objeto a discussão sobre a Operação Águas Profundas. Delegado Claudio Nogueira. Tudo bem? Vamos começar. V. Exa. tem 20 minutos para falar sobre a

operação. Se V. Exa. desejar mais tempo, também estamos à disposição para ouvi-lo. Podemos começar. Tudo bem, Senador Alvaro Dias? V. Exa. é um assíduo presente em todas as oitivas.

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** Hoje não vou fazer nenhuma cobrança inicialmente...

**SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Eu estou estranhando, eu estou provocando V. Exa.

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** Hoje eu não posso fazer nenhuma cobrança.

**SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** V. Exa. decepcionou todos os jornalistas que estão ali.

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** Devo aguardar.

**SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Delegado, V. Exa. tem a palavra.

**SR. CLAUDIO NOGUEIRA:** Boa-tarde a todos. Nós tivemos a missão, dada pela direção geral da Polícia Federal, de desencadear a dita operação...

**SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Vamos melhorar o som.

**SR. CLAUDIO NOGUEIRA:** Essa operação visava apurar fraudes, principalmente na questão de licitações de contratos entre a PETROBRAS e empresas que cuidavam da manutenção das plataformas de petróleo, uma vez que havia sérios indícios de práticas delituosas com relação a essas fraudes licitatórias. E essa operação foi desencadeada, onde constatou-se realmente que empresas que contratavam com a PETROBRAS agiam de forma ilegal. A principal empresa envolvida nessa situação era a empresa Angraporto, que usava de manobras com a conivência de funcionários da PETROBRAS, funcionários da FEEMA, um agente de Polícia Federal, para que se fortalecesse, no sentido de que pudesse obter vantagens nesse esquema licitatório. E a operação foi desencadeada. A princípio, essa operação estava sendo conduzida pela Polícia Federal, no Rio de Janeiro, pela Delegacia de Polícia Fazendária, mas, pelo volume do trabalho e pela importância da operação, de certo momento, eu fui instado a participar dessa operação, coordená-la, porque ela necessitava de um trabalho de uma maior dedicação. E como havia um volume muito grande de trabalho na Fazendária, a direção geral resolveu que a minha equipe passasse a conduzir os trabalhos.

Desta feita, juntamente com o Ministério Público, começamos a... Na realidade, nem começamos, demos continuidade aos trabalhos investigativos,



**INQUÉRITO**

e, num determinado momento, houve a necessidade do aprofundamento das investigações, com algumas medidas cautelares, onde tivemos que, com a autorização judicial e com a anuência do Ministério Público, efetuar algumas atividades policiais de cunho investigativo e contamos também, num determinado momento da investigação, com a própria segurança patrimonial da PETROBRAS. Por quê? Precisávamos, de alguma forma, obter maiores dados sobre as pessoas envolvidas no esquema, bem como tentar alguns meios investigativos que nos abrissem portas dentro da estatal. E assim foi feito, e o resultado da operação, como os senhores conhecem, foi a prisão de 24 pessoas, dentre empresários, dentre servidores da FEEMA, da Polícia Federal e da própria PETROBRAS. Eu acho que todo o contexto da operação já foi mais do que divulgado, eu não sei se há necessidade de estender com relação a isso.

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** Talvez fosse interessante. Que já faz algum tempo, essa lembrança seria interessante.

**SR. CLAUDIO NOGUEIRA:** Tudo bem. Bom, como foi dito, a operação visava efetivamente combater crimes levados a efeito, envolvendo fraude de licitação. E essa empresa, a Angraporto, ela capitaneava outras empresas, de forma a levar a efeito essas fraudes. Algumas vezes outras empresas participavam da licitação também, mas já com carta marcada, porque havia um acordo prévio entre essa empresa e outras citadas, como a *Mauá Jurong*, IESA, enfim, e outras que, devido ao tempo, até não me recordo muito os nomes. Mas sempre com a conivência dos servidores da PETROBRAS envolvidos, que, de alguma forma, colocavam algum obstáculo na licitação para as outras empresas e vendiam facilidade para a Angraporto. A operação foi desencadeada e, por fim, foram presos esses elementos, comprovado essas fraudes.

**SR. RELATOR SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR):** Sr. Presidente, pela ordem. Talvez pudesse, como é sucinto também as perguntas, talvez eu pudesse já perguntar, fazer algumas perguntas ao Delegado, porque, de certa forma, poderia agilizar os procedimentos. Eu tenho quatro perguntas rápidas para fazer. Primeiro, o que deu origem à Operação Águas Profundas, como é que se chegou até a PETROBRAS? Como é que foi essa...

**SR. CLAUDIO NOGUEIRA:** Bem, houve denúncias anônimas, no sentido de que haviam essas fraudes. Salvo engano, um repórter teria informações privilegiadas sobre essas fraudes, teria procurado o Ministério Público, e, em cima dessas denúncias, nós pedimos para que aguardassem o momento propício para que a investigação avançasse, e, quando ela chegasse a efeito, aí, sim, a própria imprensa poderia divulgar e fazer o seu trabalho,

mas que aguardasse o momento certo. E foi o que foi levado a efeito.

**SR. RELATOR SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR):** Queria perguntar também como a PETROBRAS contribuiu para as investigações. Ela contribuiu, forneceu informações, documentos, enfim, qual foi a postura da empresa?

**SR. CLAUDIO NOGUEIRA:** Sim. Num determinado momento da investigação, após consulta ao Ministério Público e ao Juiz do feito, eles concordaram que eu levasse a efeito o apoio da área de inteligência da PETROBRAS, uma vez que nós precisávamos obter determinados dados, ou, mesmo, se fosse o caso de fazer alguma escuta ambiental, nós precisávamos desse apoio. E foi dado incondicionalmente.

**SR. RELATOR SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR):** E saber também se o senhor tem conhecimento se existem outras investigações envolvendo a questão de plataformas na Polícia Federal. Se existe alguma investigação em andamento e se essa investigação foi encerrada, já passou tudo para o Ministério Público, tem alguma pendência ainda de investigação?

**SR. CLAUDIO NOGUEIRA:** Veja bem, no caso em tela, eu fui instado a participar dessa operação, mas, logo depois, eu coordenei várias operações ao mesmo tempo. Logo depois, eu me afastei desses trabalhos e assumi a chefia da Polícia Federal em Juiz de Fora. Então, realmente, eu perdi um pouco o conhecimento se existe, ou não, novas operações ou como foi o desenvolvimento disso aí na fase processual.

**SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Delegado Claudio Nogueira, das 24 pessoas presas - V. Exa. disse empresários - quantos funcionários da PETROBRAS?

**SR. CLAUDIO NOGUEIRA:** Funcionários da PETROBRAS... Um, dois, três, quatro, cinco... Salvo engano, cinco.

**SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Da PETROBRAS, cinco. Algum Gerente?

**SR. CLAUDIO NOGUEIRA:** Sim. Gerentes, coordenadores de comissão de licitação, articulador, aí, no caso, com conhecimento técnico específico e que, de alguma forma, ele colocava algum obstáculo, ou, por exemplo, a licitação era feita por um determinado valor e, depois, por questões técnicas, esse valor era bastante elevado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Tinha um Delegado, um agente da Polícia Federal envolvido?

**SR. CLAUDIO NOGUEIRA:** O agente, na realidade, ele facilitava alguma coisa para o grupo de Angraporto, mas não especificamente com



**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA GERAL DA MESA**  
**SECRETARIA DE COMISSÕES**  
**SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE**  
**INQUÉRITO**

relação à PETROBRAS. Mas, sim, com facilidades no aeroporto ou... Teve uma passagem desse agente, teria sido solicitado a ele que ajudasse em fazer alguma escuta clandestina em cima da esposa de um dos empresários... Enfim, são fatos que não têm ligação direta com a questão da PETROBRAS.

**SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Ok. Obrigado. Com a palavra o Dr. Carlos Alberto Gomes de Aguiar, Procurador da República.

V. Exa. tem 20 minutos, inicialmente. Se solicitar mais tempo, estamos à disposição para ouvi-lo.

**SR. CARLOS ALBERTO GOMES DE AGUIAR:** Sr. Presidente, boa-tarde. Senhoras e senhores, boa-tarde. Agradeço o convite para participar dessa Audiência Pública.

Na verdade, tenho pouco a acrescentar do que disse o Dr. Claudio Nogueira, mas, até para uma questão de esclarecimentos, em complemento ao que nós já encaminhamos a essa CPI, e em breves palavras, devo dizer que essa investigação se iniciou por volta de 2005, a partir de uma notícia que foi encaminhada ao Ministério Público, envolvendo fraudes em licitações, promovidas pela PETROBRAS. Na ocasião, salvo engano, estava na iminência de acontecer uma licitação envolvendo a P-10, mas, como a investigação em torno de licitação demanda um levantamento não ostensivo, com medidas de inteligência policial, optou-se por iniciar um monitoramento telefônico, em torno, principalmente, dos diretores da Anraporto. E a partir de então, as investigações se mostraram eficazes, demonstrando que, de fato, havia um esquema de facilitação para a Empresa Anraporto, esquema este que contava com a participação de alguns empregados da PETROBRAS.

Como, além dos dados obtidos a partir do monitoramento, precisávamos também da confirmação dos contatos e, enfim, detalhes da licitação, os órgãos de investigação ocorreram ao auxílio da PETROBRAS, que prontamente, via gabinete de segurança institucional, passou a colaborar, não no sentido de analisar informações que competiam à Polícia Federal, mas sim de fazer auditoria nos contratos e nas licitações pertinentes a esses contratos. Basicamente, identificamos inconsistências em pelo menos três licitações, aliás, quatro licitações, envolvendo a P-22, a P-16, a P-10 e a P-14. P aí é plataforma, plataformas que necessitariam de cais e para alguma reforma, enfim. Invariavelmente essas licitações apresentavam vícios, de modo a fragilizar o processo competitivo e permitir que principalmente a Anraporto se sagrasse vencedora, como de fato ocorreu. Para que isso acontecesse, foi decisivo o fato de os diretores da Anraporto contarem com

uma relação absolutamente promíscua com alguns empregados da PETROBRAS, que, por conta de informações privilegiadas e obviamente em razão do vício de personalidade e a tendência ao crime, acabaram por alijar esse processo competitivo e direcionar a licitação. E aí tivemos uma série de medidas adotadas para que a Angraporto se sagra-se vencedora. Como, por exemplo, passar informações sigilosas previamente, diminuir o número de convidados, criar ardis para fazer parecer que a licitação visava alcançar o maior número de licitantes, quando, na verdade, convites eram encaminhados para endereços falsos. Enfim, tudo para, de certa forma, inviabilizar o caráter competitivo.

Felizmente, já há algum tempo, quando essas tratativas vinham ocorrendo, já havia uma investigação em curso e foi possível então detectar as irregularidades. Uma vez vencido o certame, com o vício de competitividade, os contratos também apresentavam irregularidades. Podemos perceber, por exemplo, situações em que o contrato original, após a licitação ter sido ganha pela PETROBRAS, ele era alterado com aditivos. Um deles chegou a ser feito um dia depois de realizada a licitação, ou melhor, de firmado o contrato inicial. Aditivos estes, em sua maioria, desnecessários. Em algumas ocasiões houve aditivos para incluir itens que já estavam previstos no próprio processo licitatório, ou seja, na própria convocação do edital, de modo que a PETROBRAS pagou duas vezes pelo mesmo serviço, pelos mesmos itens, aditivos que, de alguma maneira, bastavam uma mera, uma melhor previsão do serviço a ser contratado para que eles viessem a ser evitados. Enfim, tudo de certa forma causando prejuízo para a PETROBRAS indevidamente. Me chamou atenção uma das primeiras licitações, que era exatamente para a atracação de uma das plataformas em que a PETROBRAS pagou pelo serviço contratado, que era exatamente de atracação; ou seja, a PETROBRAS ia alugar o cais para que a plataforma viesse a ficar atracada, e, no final das contas, como a plataforma não poderia, por questões lá de profundidade, ficar ancorada no cais da Angraporto, essa plataforma acabou permanecendo em áreas públicas, que eles chamavam áreas abrigadas. E ainda assim a empresa teve que pagar por um serviço que não utilizou.

De modo que podemos perceber vícios tendentes a prestigiar essa empresa e os diretores dessa empresa. Verificamos também - isso aí já na iminência de deflagrada operação policial - um acordo totalmente à margem e sem o conhecimento da PETROBRAS, mas um acordo realizado entre duas empresas, para que uma delas se sagra-se vencedora. Em troca desse acordo, a empresa licitante, que acabou contratando com a PETROBRAS, pagou em torno de quatro milhões de reais como contrapartida. E aí, no desdobrar das investigações, verificamos essa relação espúria com um agente de Polícia Federal, verificamos uma operação igualmente ilícita com servidores da



**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA GERAL DA MESA**  
**SECRETARIA DE COMISSÕES**  
**SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE**  
**INQUÉRITO**

FEEMA, de modo que pudessem ter vantagens no licenciamento quando necessário, verificamos uma alta incidência de sonegação fiscal, estratégias para que a empresa deixasse de arrecadar os tributos devidos, pagamentos por fora, lavagem... Enfim, houve uma série de irregularidades, todas, na medida do possível, já judicializadas, as pessoas identificadas já estão devidamente responsabilizadas criminalmente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Nós vamos prosseguir.

**SR. RELATOR SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR):** Dentro da mesma linha, Sr. Presidente, eu gostaria de perguntar rapidamente, são duas perguntas também, muito simples, ao Procurador. A primeira é perguntar se houve efetivamente a colaboração da PETROBRAS nas investigações e nos desdobramentos das investigações. Portanto, nos procedimentos que ocorreram após o inquérito da Polícia Federal.

**SR. CARLOS ALBERTO GOMES DE AGUIAR:** Sem dúvida, Excelência. Eu diria que, nesse contexto, um ponto forte pra mim foi exatamente um trabalho realizado pela auditoria interna da PETROBRAS, que realizou um trabalho de excelência, soube demonstrar tecnicamente as fragilidades dos diversos processos licitatórios e dos respectivos contratos, uma equipe absolutamente engajada e comprometida com os interesses da PETROBRAS, que auxiliou de maneira decisiva para que essas fraudes viessem à tona e que até, de certa forma, demonstrasse que é algo pontual, não sistemático, nada que não pudesse ser combatido, desde que algumas ferramentas mínimas fossem adotadas, ferramentas de segurança para a preservação dos interesses da empresa.

**SR. RELATOR SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR):** Quer dizer que a PETROBRAS encaminhou o relatório de auditoria interna para a Polícia Federal?

**SR. CARLOS ALBERTO GOMES DE AGUIAR:** A partir de um requerimento formalizado pelo Ministério Público, a auditoria passou a fazer auditoria nesses diversos contratos e nas respectivas licitações que eu mencionei, acabei de mencionar, e apontou as irregularidades, as fragilidades, as inconsistências, e parte dessas informações, naquilo que era pertinente, acabou incluído no processo, na denúncia que foi encaminhada ao Juiz.

**SR. RELATOR SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR):** E para concluir: qual o estágio atual do processo? A denúncia foi encaminhada e em que pé está, em que andamento se encontra esse processo?

**SR. CARLOS ALBERTO GOMES DE AGUIAR:** É um processo...

Como envolve muitos réus, é um processo longo e ainda está na fase de instrução. Salvo engano, ainda está na tomada de depoimentos ou na conclusão dessa fase, já. Depoimentos de testemunhas arroladas pelas defesas.

**SR. RELATOR SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR):** Eu estou satisfeito, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Eu vou prosseguir ouvindo o Gerente Executivo de Serviços da área de Exploração e Produção, Sr. Erardo Gomes Barbosa Filho.

V. Exa. tem 20 minutos.

**SR. ERARDO GOMES BARBOSA FILHO:** Sr. Senador João Pedro, Presidente dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, Sr. Senador Romero Jucá, relator da CPI, Srs. Senadores, Sr. Procurador Carlos Alberto Aguiar, Sr. Delegado da Polícia Federal, Claudio Nogueira, senhoras e senhores. Bom, como citado, meu nome é Erardo Gomes Barbosa Filho, eu sou engenheiro mecânico, trabalho na PETROBRAS há 29 anos e atualmente exerço a função de Gerente Executivo de Serviços na área de Exploração e Produção. Eu e meu colega Ilton Rossetto vamos fazer uma apresentação relativa, intitulada Operação Águas Profundas. Nós vamos iniciar com o histórico das ocorrências, apresentando fatos em ordem cronológica, como aconteceram. Importante ressaltar que, como já citado pelo Procurador e pelo Delegado, que os fatos relativos à Operação Águas Profundas, eles constituem-se numa ação criminosa que envolveu uma quantidade significativa de pessoas e que tinha o objetivo de fraudar a PETROBRAS. Pode passar a transparência, por favor.

Bom, então, iniciando a apresentação, eu queria ressaltar que a PETROBRAS, ela, sempre que necessário, trabalha com colaboração com a Polícia Federal, com o Ministério Público Federal. Nesse caso, isso aí aconteceu e a cronologia dos fatos é o que está indiciado aí nesse slide. Em dezembro de 2005, a gerência de segurança empresarial da PETROBRAS, ela foi contatada pela Polícia Federal a respeito de uma investigação que, àquela época, estava em andamento na Delegacia Fazendária da Polícia Federal do Rio de Janeiro. Informações muito pontuais, foram solicitadas informações sobre alguns empregados da PETROBRAS, sobre viagens ao exterior que teriam sido realizadas. Em março de 2006, a PETROBRAS passou a colaborar com a apuração dos fatos, sempre através da segurança empresarial e sempre sob solicitação dos órgãos públicos que estavam fazendo a investigação. No âmbito interno da companhia, o assunto permaneceu em sigilo, de maneira que não fosse prejudicado o curso das investigações. Próximo, por favor.

Bom, esse relacionamento colaborativo da PETROBRAS com a Polícia



SENADO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DA MESA

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE

#### INQUÉRITO

Federal e o Ministério Público, ele permaneceu, até que, em fevereiro de 2007, o Ministério Público Federal oficiou a PETROBRAS e solicitou que fossem encaminhados documentos e informação referentes a procedimentos licitatórios específicos e a contratos. Em acordo com o Ministério Público Federal, a segurança empresarial da PETROBRAS solicitou ao órgão interno de auditoria da companhia que fosse realizada uma auditoria especial para levantar, apurar os fatos relativos aos procedimentos licitatórios e aos contratos. A PETROBRAS seguiu a orientação do Ministério Público de que não fosse adotada nenhuma medida, não foram adotadas medidas no âmbito interno, de maneira que, com isso, ao não adotar medida, não prejudicasse o curso das investigações. E em junho do mesmo ano, de 2007... Em julho de 2007, melhor dizendo, imediatamente após... Volta um pouquinho, por favor. Isso. Em julho de 2007, um pouco antes, dias antes da deflagração de se tornar pública a Operação Águas Profundas pela Polícia Federal, o Ministério Público Federal ofereceu a denúncia criminal contra suspeitos em participação de crime de sonegação de tributos, formação de quadrilha, corrupção ativa e passiva, tráfico de influência, estelionato, fraudes à licitação e contratos e falsidade documental. A denúncia criminal foi oferecida em face de 26 pessoas, das quais cinco das pessoas denunciadas eram empregados da PETROBRAS. A parte da denúncia criminal que envolve os empregados da PETROBRAS diz respeito a fraudes em licitações, recebimentos de vantagens indevidas para favorecimento das empresas. E a denúncia é mais extensa, ela cuida dos demais réus, que não empregados da PETROBRAS, com crimes de sonegação fiscal, decorrente da engenharia financeira que teria sido articulada pelos sócios das empresas e demais envolvidos.

Então, nessa ocasião, quando foi oferecida a denúncia pelo Ministério Público Federal, a PETROBRAS já tinha entregue o relatório de auditoria interna, e esse relatório de auditoria interna foi peça fundamental para a elaboração da denúncia, inclusive consta da denúncia apresentada. Dessa forma, como eu citei, foi um trabalho colaborativo, a PETROBRAS colaborou com as informações e sem dúvida nenhuma, tanto o Ministério Público Federal quanto a Polícia Federal também prestaram um excelente trabalho à PETROBRAS, já que o objetivo principal das operações era fraudar a nossa empresa. Próximo.

Bom, então, logo depois da apresentação da denúncia, em julho ainda de 2007, houve a deflagração da Operação Águas Profundas pela Polícia Federal. O assunto deixou de ser sigilo interno e passou a ser público, e, a partir da operação, imediatamente a PETROBRAS adotou uma série de providências que resultaram no seguinte, aqui o resumo as providências que

foram tomadas. PETROBRAS demitiu por justa causa três empregados e dispensou de funções gerenciais e aplicou pena disciplinar de suspensão por 29 dias a outros dois empregados. Essas medidas administrativas contra empregados da PETROBRAS, elas foram tomadas com base num relatório de uma comissão interna de apuração, que foi constituída imediatamente após a deflagração da operação, e os motivos das demissões ou da dispensa de função e aplicação de pena de suspensão, eles foram baseados nas normas internas da PETROBRAS, na avaliação que foi feita pela Comissão Interna de Apuração de Irregularidades. Essa comissão, ela não faz análise do aspecto de culpa ou de responsabilidade criminal. Essa análise fica a cargo da Justiça. Foram demitidos por justa causa três empregados, porque, à luz das apurações internas, de acordo com as normas da companhia, esses empregados agiram deliberadamente, de má-fé, em prejuízo da companhia, e a eles coube a demissão por justa causa. Os dois empregados foram dispensados das funções e tiveram a suspensão, porque os elementos, encontrados na Comissão de Apuração, apresentaram falhas na condução dos processos, falhas gerenciais, mas não identificaram conduta que levasse a uma demissão como os outros três empregados. Além das medidas da Comissão Interna de Apuração de Responsabilidade, houve a suspensão imediata dos contratos para estadia e modificações navais na Plataforma P-14, eram contratos que estavam em curso, em andamento, quando foi deflagrada a Operação Águas Profundas; cancelamos também processos licitatórios, especificamente um processo licitatório que estava sendo iniciado referente ao reparo da Plataforma P-10. Houve a realização de auditoria interna para avaliar os procedimentos em controles internos, aplicados na contratação e medição de serviços de terceiros, modificações e reparos navais, e criou-se um grupo de trabalho com a participação da auditoria interna da companhia, para proceder ao encerramento do contrato para reparo da Plataforma P-14; o contrato tinha sido suspenso imediatamente e depois, através do grupo de trabalho, o contrato com a participação de auditoria foi feita uma medição final, foram glosadas uma série de pagamentos e ele foi encerrado.

Seguindo na cronologia, em abril de 2008, o Juiz Criminal encaminhou ofício à PETROBRAS, noticiando que tinha havido um aditamento àquela denúncia criminal anterior, o aditamento acontecido em novembro de 2007. Nesse aditamento, foram denunciados mais dois empresários, fazendo com que o número de denunciados passasse de 26 para 28. Um desses empresários havia relatado acordo entre empresas para fraudar licitação da PETROBRAS, especificamente licitação referente a reparos navais na plataforma P-16, contrato que já havia sido encerrado em 2006. Foram incluídos crimes de lavagem de dinheiro e evasão de divisas. Eu pediria a quem está passando a transparência que voltasse algumas lâminas. Por favor, outra.



SENADO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DA MESA

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE

INQUÉRITO

Eu acho que não detalhei... Essa daí. Qual foi o resultado da auditoria interna da PETROBRAS, que foi encaminhada ao Ministério Público? Acho que acabei pulando essa transparência. Mas a auditoria interna da PETROBRAS, ela transcorreu de fevereiro de 2007 a junho de 2007; ela transcorreu sob sigilo e ela foi encaminhada diretamente para o Ministério Público. Nessa auditoria, foi apontado irregularidade em processos licitatórios em quatro contratos, referentes à estadia, manutenção e reparos navais de três plataformas: P-10, P-14 e P-22. Apontou também irregularidades por contratos aditados, com base em informações incorretas e inseridas com o objetivo de beneficiar empresas. E apontou como irregularidade, grave também, que houve acesso a informações privilegiadas da PETROBRAS por empresas prestadoras de serviços, por ato intencional de empregados. Podemos voltar mais lá na frente.

Muito bem. Atualmente, o que está em andamento na PETROBRAS com relação a esses fatos? A PETROBRAS tem uma Comissão Interna de Apuração que está fazendo uma avaliação da atuação das empresas que foram envolvidas nesse processo. Dentro dos procedimentos internos da companhia, há um grupo de pessoas, uma comissão, formada por pessoas bastante experientes, de diversas áreas, que faz análise da parte cadastral das empresas. O trabalho é um trabalho bastante criterioso, até porque há que se verificar fraudes que tenham sido cometidas, se a responsabilidade por essas fraudes é de funcionários das empresas, de empregados das empresas, ou se trata-se de fraude com responsabilidade de natureza corporativa. Então, esse processo de avaliação das empresas ainda está sendo analisado por essa Comissão Interna de Irregularidades, e, uma vez concluído, pela relevância do assunto, ele será motivo de apreciação pela Diretoria Executiva da PETROBRAS. E ainda está havendo avaliação complementar de eventuais prejuízos na execução de contratos objeto da denúncia referente à Operação Águas Profundas. Como eu citei, imediatamente a deflagração da operação, contratos foram suspensos, edições foram glosadas, auditorias foram feitas, mas, agora, está se fazendo avaliação complementar, principalmente com relação aos contratos que já haviam sido encerrados aí, antes da deflagração da operação. Próxima, por favor.

Bom, nós temos mais esse slide, dois outros... Vou passar para o meu colega Ilton Rossetto, para comentar, mas eu queria destacar três pontos que estão mostrados nesse slide. O primeiro deles é que a PETROBRAS, como sendo a empresa lesada ou fraudada nesse processo, ela sempre foi a maior interessada nas apurações, sempre prestou total e irrestrita colaboração todas as vezes que foi instada, preservando, por recomendação da Polícia Federal e

do Ministério Público Federal, enquanto necessário, o sigilo no curso das investigações. Segundo aspecto é que o relatório, produzido pela auditoria interna da PETROBRAS, que transcorreu sob sigilo e foi entregue ao Ministério Público, esse relatório, como citado, já, aqui, pelo Procurador, ele foi peça fundamental na elaboração da denúncia criminal pelo Ministério Público. E terceiro, que a companhia tem feito com rigor a apuração de irresponsabilidades e adoção de providências, no sentido de resguardar seus interesses. E tem ainda prestado as informações necessárias aos órgãos de controle externo e, notadamente, à Controladoria-Geral da União e ao Tribunal de Contas da União.

Sr. Presidente, eu gostaria de passar a palavra agora, então, ao meu colega, Dr. Rossetto, que vai mostrar detalhes sobre processos de contratação da PETROBRAS. Obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** V. Exa. tem a palavra.

**SR. ILTON JOSÉ ROSSETTO:** Boa-tarde, Sr. Senador João Pedro, Presidente dessa Comissão. Boa-tarde, Sr. Senador Romero Jucá, relator dessa Comissão, senadores, demais parlamentares. Boa-tarde, Sr. Delegado Claudio Nogueira. Boa-tarde Sr. Procurador, Sr. Carlos Aguiar.

Meu nome é Ilton Rossetto, eu sou engenheiro eletricitista, ingressei na PETROBRAS por concurso público em 1989, fiz o curso de engenheiro de petróleo, atuei como engenheiro de petróleo na parte de perfuração de poços na companhia, com diversas funções técnicas, depois fui trabalhar na área de contratação, fui Gerente de Contratação, e, hoje, sou gerente da atividade de estratégias, de elaboração de estratégias de contratação de itens críticos, face ao crescimento do mercado e o crescimento das atividades da companhia. Por favor. Eu vou apresentar apenas dois slides. Eu queria iniciar destacando que os processos de contratação da PETROBRAS, como os senhores sabem, são regulamentados pelo procedimento licitatório simplificado. Foi aprovado pelo Decreto 2745, de agosto de 98. E internamente existe o manual de procedimentos contratuais que complementa, e esse manual foi publicado - a sua última atualização - no Diário Oficial da União, em 15 de fevereiro de 2006.

Eu vou destacar agora alguns pontos importantes sobre o processo de controle dos processos de contratação no âmbito da PETROBRAS. A PETROBRAS dispõe de padrões específicos, além de todos os instrumentos legais como eu mostrei, ela possui padrões específicos que regulamentam, que normatizam o processo de contratação e gestão de contratos. Esses padrões, eles são armazenados no sistema corporativo, é um sistema eletrônico que tem todo o controle de acesso, todo o controle de atualização e são disponíveis a



SENADO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DA MESA

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE

#### INQUÉRITO

todos os empregados da companhia. Outro ponto importante é que todo o processo de contratação, ele ocorre com a formalização dos documentos de solicitação, de criação de comissões, de aprovação, dentro do sistema de documentação eletrônica que a PETROBRAS possui. Todo o registro é feito nesse sistema, desde a edição dos documentos. É possível rastrear as pessoas que participaram da edição, o momento, até a aprovação que ocorre de uma maneira formal e dá a perfeita rastreabilidade ao processo. Além disso, a PETROBRAS dispõe no seu sistema integrado de gestão de processos - é um sistema eletrônico também - um módulo específico sobre contratação. Esse módulo de contratação, todas as licitações são registradas e a gestão dos contratos, decorrentes dessas licitações, também é feita através desse sistema informatizado. É importante também destacar que todas as operações que são feitas, todos os eventos, eles são registrados, ele é um sistema que tem todo controle de acesso bastante rigoroso, e todas essas ações, elas são perfeitamente rastreáveis, você tem a identificação das pessoas que registraram alguma informação e do momento que isso ocorreu, então dando uma grande rastreabilidade ao processo.

Outro elemento bastante importante, dentro da sistemática de contratação da PETROBRAS, é o cadastro corporativo. Esse cadastro corporativo, ele tem a incumbência de fazer uma análise de todas as empresas cadastradas sob aspectos gerenciais, sob aspectos financeiros, sob conformidade legal, sobre questões muito importantes da companhia como segurança, meio ambiente e saúde, e ele é o instrumento aonde preferencialmente a companhia endereça os seus convites, as empresas cadastradas. É importante destacar também que, com o objetivo de aumentar a competitividade em processos licitatórios, é possível que gerências técnicas, fazendo o mesmo tipo de análise localmente ou com o apoio do nosso pessoal de cadastro, indiquem empresas a participar do processo, aonde eu quero destacar sempre em prol de aumento de competitividade nestes processos. Importante também destacar que a designação das comissões é feita através de um documento formal, e essas comissões que atuam nas licitações, elas têm participação de técnicos que têm o conhecimento do objeto que vai ser contratado, que atuam naquela área, e profissionais também da área de contratação. E finalmente destacar também que a autorização desses processos, ela é feita dentro da estrutura gerencial da companhia, seguindo os limites de delegação que são distribuídos dentro da companhia, desde a Diretoria Executiva, dos diretores e presidentes individualmente, em toda a cadeia gerencial. Próximo.

Finalmente, esse é o último slide. Quero destacar que a PETROBRAS

celebra anualmente cerca de 240 mil contratos, sendo que cerca de 140 mil na área de bens e 100 mil, na área de serviços. Como uma referência, no ano de 2008, foram contratados 66 bilhões de reais. Finalmente, eu quero destacar aqui que a PETROBRAS, ela é submetida a auditorias, quase que diariamente, ao controle, vinculação, regulação de diversos órgãos, dentre os quais eu quero destacar inicialmente auditoria interna e ouvidoria interna, que são subordinados ao conselho de administração da companhia. A auditoria interna tem um programa anual de auditorias e também realiza auditorias ou solicitações, auditorias especiais específicas, como foi o caso nesse episódio de Águas Profundas. A ouvidoria interna também é instrumento muito importante dentro da companhia, aonde também é relativa à área de contratação, qualquer questão colocada é endereçada internamente à companhia, aos gerentes responsáveis, para que sejam devidamente avaliados e respondidos e podem também ensejar auditorias especiais. A PETROBRAS também, ela é auditada externamente pelo Tribunal de Contas da União e a Controladoria-Geral da União, e os seus relatórios, as suas auditorias são uma fonte importante para o aprimoramento dos processos internos da companhia. A PETROBRAS é regulada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, ela está vinculada ao Ministério de Minas e Energia, nós também somos controlados pela Comissão de Valores Imobiliários, pois somos uma empresa de capital aberto e por termos ações negociadas na bolsa de Nova York, pelo Security Exchange Commission dos Estados Unidos. Srs. Senadores, era isso que eu tinha a apresentar.

**SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Obrigado. Vou passar a palavra ao relator, Senador Romero Jucá.

**SR. RELATOR SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Srs. Convidados. Eu também vou ser bastante rápido, Sr. Presidente. Eu perguntaria aos técnicos da PETROBRAS, um dos dois pode responder, cada um verificasse qual assunto mais correlato, se existe todo esse controle, como foi possível ocorrer uma fraude dessas dimensões? Quer dizer, aonde a PETROBRAS falhou, para que, efetivamente, pudesse ter o fato ocorrido da forma como foi ocorrido? Depois, como evitar que uma fraude como essa aconteça novamente? Quer dizer, que tipo de providências a PETROBRAS tomou para que isso não venha a ocorrer novamente. Que medidas a PETROBRAS tomou contra as empresas Angraporto, IESA e Mauá Jurong e se já moveu alguma ação judicial também para ressarcimento dos prejuízos. Ou seja, está indo buscar na Justiça os prejuízos causados por conta da ação da quadrilha. São essas perguntas.

**SR. ERARDO GOMES BARBOSA FILHO:** Sr. Senador, a primeira pergunta: por que a fraude ocorreu na PETROBRAS, se nós temos o sistema



SENADO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DA MESA

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE

#### INQUÉRITO

de controle, como foi mostrado? Bom, é muito importante salientar que se tratou efetivamente de uma fraude envolvendo uma quantidade muito significativa de pessoas, envolvendo empregados da PETROBRAS, empregados da PETROBRAS esses que tinham conhecimento dos processos e que, durante um determinado momento, antes do desbaratamento da fraude, eles conduziam os processos com o conhecimento que tinham, de maneira a tentar mostrar que o processo era legal, quando haviam ações fraudulentas ocorrendo fora da PETROBRAS, envolvendo uma quantidade muito grande de pessoas. É importante a gente salientar que a PETROBRAS, desde o início, agiu. Ela, durante o período que o processo permaneceu em sigilo ainda, antes da denúncia, a PETROBRAS, através da segurança empresarial, colaborou, prestou as informações que foram solicitadas, que a auditoria interna da PETROBRAS, que já foi citada, foi peça fundamental em identificar as falhas, as irregularidades que foram cometidas. Então, a própria auditoria interna da PETROBRAS identificou a grande maioria das falhas que foram cometidas, e essa auditoria foi entregue ao Ministério Público, constituiu peça importante na defesa.

A segunda pergunta: como evitar que essas fraudes ocorram? A PETROBRAS, ela é uma das maiores empresas de petróleo do mundo, a maior empresa brasileira. Os processos de contratação da PETROBRAS, os sistemas internos, relativos ao processo de contratação, não só no que diz respeito ao processo licitatório quanto à gestão de contrato, são processos modernos e incorporam as melhores tecnologias, certamente são equiparados aos melhores processos de contratação, de gerenciamento de contrato das melhores empresas do mundo. Fraudes montadas por quadrilhas externas à companhia, elas fogem num primeiro momento do nosso controle, acontecem fora da PETROBRAS, mas os mecanismos internos que temos de auditoria, eles são capazes de identificar, como foi nesse caso, de apontar as irregularidades e as providências e dá elementos para que as providências tenham sido tomadas.

Com relação às empresas, Sr. Senador, como eu citei, a PETROBRAS, ela ainda está fazendo análise através da Comissão Interna de Apuração, que não concluiu ainda o relatório. Volto a dizer, essa análise é bastante criteriosa, há que se verificar se as irregularidades, se as fraudes são de responsabilidade de funcionários dessas empresas, de pessoas específicas ou se trata de fraudes de natureza corporativa. Das três empresas que foram citadas aqui, uma delas, a Angraporto, não trabalha com a PETROBRAS - desde esse episódio, nunca mais trabalhou com a PETROBRAS - e as duas outras empresas, elas continuam cadastradas na PETROBRAS e continuam sendo convidadas para

licitações na companhia.

**SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Os convidados já prestaram os esclarecimentos, o relator também já fez as perguntas devidas. Vou passar para os membros da Comissão. Pela hierarquia da CPI, é o Senador Alvaro Dias.

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** Muito obrigado, Presidente. Convidados, Relator Romero Jucá, Srs. Senadores. Creio que seria oportuno, até em função dos que acompanham os trabalhos desta reunião, sintetizar que o Ministério Público denunciou 26 pessoas suspeitas de envolvimento em corrupção ativa, corrupção passiva, formação de quadrilha, fraude em licitação, falsidade documental, estelionato, podendo ainda o grupo responder pelo crime de sonegação fiscal. São contratos de reformas. Os contratos investigados são contratos de reformas nas plataformas, somando cerca de 200 milhões. As plataformas P-10, P-14, P-16 e P-22. Portanto, não é algo simples. Eu fico imaginando que, se nós estivéssemos em outro país, quem sabe, isto aqui pudesse significar um grande escândalo. Um escândalo que provavelmente abalaria as estruturas administrativas do Governo. No Brasil, a corrupção está tão banalizada que isto não assusta mais ninguém. Há uma minimização dos fatos e não se impressiona mais com isso no Brasil.

De qualquer maneira, nós estamos obrigados a fazer algumas indagações que possam levar as pessoas refletir um pouco mais sobre esse escândalo. Inicialmente eu pergunto ao Delegado da Polícia Federal ou ao Procurador se há presos, atualmente, em função dessa Operação Águas Profundas ou se os que foram presos, foram liberados para responder em liberdade.

**SR. CARLOS ALBERTO GOMES DE AGUIAR:** Bom, Sr. Senador, muito embora o Ministério Público tenha pedido a prisão preventiva de todos e entendido que ela se fizesse necessária, regras do jogo, o Judiciário entendeu diferente e todos hoje estão em liberdade, pelo menos aqueles que, em algum momento, tiveram as prisões decretadas.

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** Do seu ponto de vista, a liberdade conferida a eles dificulta os procedimentos da investigação?

**SR. CARLOS ALBERTO GOMES DE AGUIAR:** Bom, na fase em que está, para a investigação propriamente, não. Mas obviamente, pelo que apresentaram na fase investigativa, o potencial lesivo causado à sociedade me parece que nesse aspecto, sim. É ruim o fato de estar em liberdade. De qualquer forma, é bom que diga também que temos tentado, de alguma maneira, alcançar o patrimônio dessas pessoas, inclusive jurídicas, de forma a tentar minimizar os efeitos deletérios das ações e dos prejuízos causados à PETROBRAS e também ao erário, porque, como V. Exa. mencionou, essa



**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA GERAL DA MESA**  
**SECRETARIA DE COMISSÕES**  
**SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE**  
**INQUÉRITO**

quadrilha não se limitava só a causar danos à PETROBRAS, também sonegava tributos, lançava mão de meios fraudulentos, infelizmente não podemos ainda processá-los pelos crimes tributários, muito embora sejam processados por quadrilha.

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** As provas materiais recolhidas são provas de que natureza? Há provas materiais, não é?

**SR. CARLOS ALBERTO GOMES DE AGUIAR:** Há provas contundentes. Quando você tem um acordo para fraudar uma licitação, a prova desse acordo é a própria tratativa entre os criminosos e isso nós obtivemos ao longo do monitoramento. Além disso, durante a busca policial, houve arrecadação de documentos, houve afastamento de sigilo bancário...

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** Houve quebra de sigilo bancário?

**SR. CARLOS ALBERTO GOMES DE AGUIAR:** Houve. Lançamos mão dos meios que estavam a nosso alcance, para que pudéssemos comprovar e me parece que obtivemos êxito nesse aspecto, como provar os crimes que estão noticiados na denúncia.

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** E há comprovação do passeio do dinheiro desde a origem à empresa até o seu paradeiro final?

**SR. CARLOS ALBERTO GOMES DE AGUIAR:** Efetivo.

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** Empresas fantasmas...

**SR. CARLOS ALBERTO GOMES DE AGUIAR:** Sim. Empresas fantasmas, documentos de consultoria... Para o senhor ter uma ideia, uma conhecida empresa que trabalha há anos nesse setor, nesse segmento, e que fez um acordo com os diretores da outra para ganhar uma licitação, a contrapartida, o pagamento da propina, que, como eu disse, foi de quatro milhões de reais, se deu a pretexto do pagamento de uma consultoria, que seria prestada por uma empresa de fachada que não tinha meses de vida.

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** O Sr. Ricardo *Moritz* era o operador?

**SR. CARLOS ALBERTO GOMES DE AGUIAR:** Junto com outros.

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** E o modelo era das notas frias. Notas frias em nome de ONGs, é isso?

**SR. CARLOS ALBERTO GOMES DE AGUIAR:** Esse foi outro aspecto que nós identificamos, porque, na verdade, um dos envolvidos, ele operava em dois segmentos. Esse envolvendo ONGs, por meio das quais

lançava mão de notas fiscais frias, para justificar despesas e, portanto, a saída de recurso, e esse mesmo esquema é utilizado também pelas empresas, igualmente para justificar as despesas, diminuindo então o lucro que obtinham com os contratos. Era uma das formas que usavam para sonegar tributo e lavar dinheiro.

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** As ONGs foram investigadas, essas ONGs que eram utilizadas com notas frias foram investigadas?

**SR. CARLOS ALBERTO GOMES DE AGUIAR:** Sim. Mas isso--

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** E na quebra do sigilo das ONGs o recurso foi localizado, além das ONGs?

**SR. CARLOS ALBERTO GOMES DE AGUIAR:** Sr. Senador, para ficar bem claro, na verdade, nós iniciamos a investigação em torno das licitações. Em um dado momento, uma personagem dessa investigação tinha ligação com dois segmentos criminosos. Portanto, o segmento das ONGs, ele não necessariamente, a não ser com relação a esse elo comum, mas ele não necessariamente se confunde com as fraudes envolvendo a PETROBRAS.

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** Nessa operação, o que o Ministério Público identificou foi a utilização de notas frias envolvendo a PETROBRAS?

**SR. CARLOS ALBERTO GOMES DE AGUIAR:** Não. Aí já não mais. Aí as notas frias--

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** Foi na sequência do...

**SR. CARLOS ALBERTO GOMES DE AGUIAR:** Exatamente. Porque a PETROBRAS, ela paga normalmente pelos contratos, pelos serviços. O dinheiro chegava à empresa e a empresa tinha que ter um meio de dar saída nesses recursos, sem que... Diminuindo, portanto, a tributação desses recursos. O meio que encontraram foi criando pseudodespesas, para que pudessem diminuir o lucro e justificar essa saída de dinheiro. Para empresas fantasmas.

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** Esse Ruy Castanheira e Ricardo Secco, sócios, eles ocultavam o dinheiro, faziam uma lavagem desse dinheiro através das empresas fantasmas. E essas empresas foram identificadas, as tais empresas fantasmas?

**SR. CARLOS ALBERTO GOMES DE AGUIAR:** Foram identificadas. Os sócios, por exemplo, da Angraporto, constituíram algumas empresas de fachada. Esse Sr. Ruy Castanheira, ele idealizava esse esquema, esse modelo criminoso, era o responsável pela constituição das empresas, era



**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA GERAL DA MESA**  
**SECRETARIA DE COMISSÕES**  
**SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE**  
**INQUÉRITO**

o responsável pela emissão de notas fiscais falsas. E esse modelo era aproveitado tanto no segmento das ONGs quanto por empresas que pretendiam criar falsas despesas.

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** A Procuradoria chegou a valores, a quantificar?

**SR. CARLOS ALBERTO GOMES DE AGUIAR:** Na verdade, isso é uma questão que a gente ainda está apurando, porque são extratos, enfim, e essa questão das ONGs ainda está em aberto. Ela ainda não está... Alguns foram responsabilizados, mas nem todos.

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** É uma fase ainda de investigação para a responsabilização. Porque aqui há algumas ONGs nominadas: Fundação Escola do Serviço Público, Instituto Nacional de Aperfeiçoamento da Administração Pública, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento de Treinamento, Centro Brasileiro de Defesa dos Direitos da Cidadania; transações comerciais com empresas fantasmas, como: *Intecdat Serviços*, Petruscar Cesta Básica, Max Express e Cobrar Assessoria. Essas são empresas fantasmas, utilizadas pela...

**SR. CARLOS ALBERTO GOMES DE AGUIAR:** Fantasmas. Empresas de fachada.

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** E o Ministério Público identificou entre os administradores das ONGs integrantes do quadro societário das empresas Enfrin, Virtual Line, Confisul e Pro Servic, beneficiada também com transferências de recursos, não é?

**SR. CARLOS ALBERTO GOMES DE AGUIAR:** Exatamente.

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** Bem, eu tenho algumas perguntas ainda para o Ministério Público. E depois eu farei as perguntas. Eu peço um pouco de paciência aí ao Presidente da Comissão, para que eu possa fazer essas perguntas.

À Procuradoria, sobre as punições que nos pareceram suaves diante da gravidade dos fatos, em relação a funcionários da PETROBRAS. Os funcionários Carlos Heleno Neto Barbosa e Carlos Roberto Velasco, eles receberam pena de suspensão da PETROBRAS. O primeiro foi destituído da função de confiança e suspenso por 29 dias apenas, e o segundo, por 15 dias, e, posteriormente, por mais 29 dias, os funcionários que participaram. Os funcionários José Antônio Villanueva, Rômulo Miguel de Moraes e Carlos Roberto Pereira Feitosa receberam pena de demissão por justa causa. Conforme a investigação feita pela Polícia Federal e pelo Ministério Público,

e considerando as ações criminosas de cada um, essas punições disciplinares foram adequadas sob o ponto de vista de quem investigou? E V. Sas. acham que pode ter havido algum favorecimento pessoal? Ou seja, por que alguns funcionários foram suspensos por poucos dias, em função do art. 474, da CLT, a suspensão menor de 30 dias evita a rescisão de contrato. Aplicou-se uma suspensão irrisória. Queria a opinião da Procuradoria sobre esse tipo de punição.

**SR. CARLOS ALBERTO GOMES DE AGUIAR:** Sr. Senador, eu sinceramente não acredito em uma postura condescendente da PETROBRAS. Independente dessas decisões em sede administrativa, o fato é que, em seara criminal, o Ministério Público obviamente, como uma consequência natural de uma eventual condenação criminal, o Ministério Público irá buscar a pena de demissão dessas pessoas. Agora, a opinião pessoal fica um pouco... Eu temo ferir um pouco a ética, porque eu também não tive conhecimento das premissas que a empresa adotou. É certo que, mesmo que tenha concluído que esses dois empregados que não foram demitidos não tenham praticado crime de corrupção e não tenham contribuído dolosamente para os fatos, mas é certo também que, ainda assim, com o comportamento, com o seu atuar, com o exercício das suas funções, com aquilo para as quais eram pagos, permitiram que a PETROBRAS suportasse prejuízos. Prejuízos de milhões. Foi mencionado aqui que a PETROBRAS fez contratos de bilhões em 2008. E, de fato, esses contratos, se comparados com alguns outros, são pequenos, mas, ainda assim, representam uma boa dose de valor econômico, e ainda que fossem irrisórios os valores, ainda assim, a forma como esses processos foram levados adiante, no mínimo, feririam o princípio da moralidade pública. Só por isso, por esse atuar desidioso, me parece que a sanção... E aí me sinto à vontade para dizer, porque é isso que pleiteio judicialmente como consequência natural da ação criminal, volto a dizer, pleiteio naturalmente a demissão.

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** Eu vou indagar agora dos representantes da PETROBRAS, depois eu volto ao Ministério Público. Ele declarou antes que o Ministério Público foi atrás do patrimônio. Está atrás do patrimônio também.

**SR. CARLOS ALBERTO GOMES DE AGUIAR:** Alguns bens estão imobilizados por autorização judicial, alguns acusados conseguiram liberar um ou outro, mas, de um modo geral, temos buscado, sim, e vamos persistir nessa medida de forma, como eu disse, não só buscar preservar o erário, pelos impostos sonegados, e é bom que se diga também que a Receita Federal está fiscalizando essas empresas, mas também de modo a buscar minimizar os danos causados à PETROBRAS.

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** Aos representantes da



SENADO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DA MESA

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE

#### INQUÉRITO

empresa, na linha das providências adotadas depois da revelação dos fatos, mais ainda depois da denúncia do Ministério Público. A Operação Águas Profundas revelou que a empresa Angraporto foi criada especificamente para participar das licitações fraudadas da PETROBRAS. Isto é crime organizado, e nós queremos saber quais os mecanismos que foram desenvolvidos pela PETROBRAS para detectar essas ações criminosas organizadas e para que a empresa até se precavenha. E eu acrescento outra empresa... A Angraporto, depois dos fatos, não participou mais, mas há uma empresa que teve inclusive diretores presos, que continua participando. A empresa IESA Óleo e Gás assinou, em 14 de julho de 2008, um contrato de cinco anos, no valor de 190 milhões com a PETROBRAS. Serviço de construção, montagem industrial, planejamento, projeto, preparação, instalação e manutenção de plataformas. A IESA também participou de licitação que foi vencida em dezembro do ano passado, por outro consórcio, no valor de 1 bilhão 650 milhões de dólares. Isto é muito sério, nós achamos da maior gravidade, porque uma empresa que participou de crimes cometidos, que foi denunciada pelo Ministério Público por formação de quadrilha, entre outros crimes, ela continua sendo beneficiada, participando de empreendimentos da empresa em valores significativos. Por que razão isto ocorre na PETROBRAS? Qual a defesa para esta atitude? Onde estão as justificativas para que uma empresa que deveria ser punida, os seus dirigentes deveriam estar na cadeia; ao invés de estarem na cadeia ou pelo menos punidos rigorosamente, julgados, ressarcindo os cofres públicos, é o que se espera que venha acontecer ainda, nós conhecemos os trâmites burocráticos da Justiça e temos que aguardar, embora com toda impaciência do mundo, que é natural no país diante dos escândalos, mas o que justificaria a direção da PETROBRAS contemplar uma empresa nessas circunstâncias?

**SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE):** Presidente, eu queria acrescentar algumas informações à pergunta do Senador Alvaro Dias. São basicamente... No conteúdo da pergunta que ele já fez.

**SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** V. Exa. tem a palavra.

**SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE):** As empresas suspeitas de fraude são *Angraporto* Offshore, IESA Projetos, Equipamentos e Montagens, IESA Óleos e Gás e Mauá Jurong. Enquanto a Angraporto teve suas operações encerradas, a IESA e o Estaleiro Mauá, em pouco mais de um ano, estão prestando serviços para a PETROBRAS e suas subsidiárias. O relatório, proveniente de uma auditoria interna da própria PETROBRAS, dizia o seguinte sobre os contratos com a IESA: “De uma forma geral, a

condução dos processos, principalmente na fase de licitação, apresentou uma quantidade significativa de falhas de procedimentos, permitindo inferir sobre possível negligência em relação ao atendimento das normas. Há situações, inclusive, que exigem maiores esclarecimentos, em razão da possibilidade da quebra de sigilo, direcionamento da licitação”. A própria PETROBRAS. IESA Óleos e Gás S.A., IESA Óleos e Gás S.A. e Quip S.A., empresa com participação inclusive da IESA, e Quip S.A. contrataram, em 27/10/08 e 27/10/08, e 01/12/08, valores de 100 milhões, 566 mil e 329 reais, 154 milhões, 407 e 690 reais e um bilhão 404, 978 e 460 reais, total de cerca de dois bilhões. Não vou falar da outra, que depois nós vamos ver. E Estaleiro Mauá continua em todo lugar. Eu considero a pergunta do Senador Alvaro gravíssima, e a PETROBRAS tem o dever de responder essa pergunta hoje e esclarecer ela hoje, não pode ficar pendente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Encerrou?

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** Eu estou fazendo pergunta e resposta, eu não encerrei.

**SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** É que, na realidade, isso foi um aparte.

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** Sim, isso foi um aparte.

**SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE):** Uma agregação ao que ele já disse.

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** Eu vou aguardar a resposta para depois prosseguir.

**SR. ERARDO GOMES BARBOSA FILHO:** Sr. Senador, eu anotei aqui duas perguntas. Uma relativa a mecanismos para a PETROBRAS se precaver contra organizações criminosas e o aspecto referente à PETROBRAS continuar convidando a empresa IESA e Mauá Jurong.

Bom, com relação à primeira pergunta, como já citado aqui, tratou-se efetivamente de uma operação fraudulenta, havia uma quadrilha organizada envolvendo 28 pessoas, pelo menos 28 pessoas, foi a quantidade das pessoas denunciadas, desde o início que a PETROBRAS... Antes mesmo da operação se tornar pública, a PETROBRAS trabalhou de forma colaborativa. A própria PETROBRAS, através do seu órgão de auditoria interna, apontou a maioria das irregularidades que foram ou que compuseram a denúncia criminal. Então, a própria auditoria da PETROBRAS, dentro dos instrumentos que tem uma empresa da sua auditoria, apontou essas irregularidades e, depois que tornou pública, a PETROBRAS tomou as providências que foram relatadas aqui por mim, na apresentação.



SENADO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DA MESA

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE

INQUÉRITO

Sobre o procedimento de licitação da PETROBRAS, o colega Ilton Rossetto apresentou, a PETROBRAS seguramente tem um processo de licitação e um processo de acompanhamento de contrato moderno, rastreável e que colocam a companhia entre as companhias com melhores processos, entre as melhores empresas do mundo. Operações fraudulentas que vem a ocorrer com início fora da companhia, elas, através dos instrumentos internos da PETROBRAS, de auditorias constantes nos seus processos, através dos sistemas e da melhoria contínua do sistema da companhia de rastreabilidade dos processos e também através das auditorias externas que a PETROBRAS tem, que muito contribui para que a gente aprimore os processos, citando Controladoria-Geral da União, Tribunal de Contas da União, essas auditorias, elas trazem à companhia a possibilidade de aplicação melhorias constantes no nosso processo. Mas nós temos um processo que é um processo normatizado, que obedece a princípios legais e que tem um sistema moderno de rastreabilidade e controle. Fraudes que iniciem principalmente externas da companhia podem acontecer, e esses mecanismos são capazes, como foram nesse caso, com a participação do Ministério Público e da Polícia Federal, de ser identificado. Com relação à segunda pergunta das empresas...

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** Só para... Eu fiz referência a contratos celebrados com a IESA inclusive em 2008, mas, mesmo esse consórcio liderado pela Quip S.A., a IESA faz parte também desse consórcio. Mais de 1 bilhão e 650 milhões de dólares.

**SR. ERARDO GOMES BARBOSA FILHO:** Isso. Bom, com relação às empresas, senador, os contratos que estavam em vigência, quando aconteceu a Operação Águas Profundas, quando se tornou pública a operação em julho de 2007, esses contratos se referiam a reparos da P-14. Havia um contrato de estadia de plataforma com a Angraporto e um contrato de serviços a serem executados com a IESA. Os contratos foram imediatamente suspensos, os contratos, eles tiveram auditoria feita com um grupo especial, que foi criado com a participação da própria auditoria interna da PETROBRAS, equipe que havia feito inclusive o relatório em caráter sigiloso, que havia sido encaminhado ao Ministério Público. E esses contratos foram suspensos, pagamentos foram glosados e não se deu prosseguimento àquele serviço que estavam sendo feitos.

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** Agora, a pergunta pontual é a seguinte: por que a IESA, participando de um grande escândalo envolvendo lavagem de dinheiro, formação de quadrilha, não foi excluída, continuou operando junto à PETROBRAS? Quer dizer, isso, para a PETROBRAS, não é grave?

**SR. ERARDO GOMES BARBOSA FILHO:** A PETROBRAS constituiu uma comissão específica para avaliar a atuação das empresas, e aí principalmente Mauá Jurong, IESA, Angraporto, a empresa que deixou de operar, deixou de existir. Mas ela constituiu uma comissão específica, porque ambas são empresas cadastradas na PETROBRAS, tanto a Mauá--

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** Agora, me desculpe, eu, se sou Presidente da PETROBRAS, digo: “Esta empresa jamais. Não vou pedir para comissão nenhuma analisar coisa alguma. A empresa que participou de um assalto, organização criminosa, quadrilha, não pode operar mais com a empresa”. Isso é... Na preliminar, está eliminada. Não se justifica. Agora, eu indago o seguinte: há aí antecedentes, a IESA foi das maiores doadoras do PT. No ano de 2006, doou 1 milhão e 600 mil reais ao Partido dos Trabalhadores. A única legenda contemplada com doações da IESA, e justificou dizendo o seguinte: “Só para o PT...”. Porque foi o PT que abriu o mercado de óleo e gás para empresas nacionais, o que a beneficiou. Eu considero aí uma relação de promiscuidade. A empresa que financia o partido de forma privilegiada e exclusiva passa a ter negócios com a PETROBRAS, mesmo depois de participar de uma organização criminosa. Mesmo depois de participar de uma quadrilha. Embora possa ser considerada uma empresa quadrilheira, ela continua ganhando dinheiro, e muito dinheiro, da PETROBRAS. Essa é a indagação. Os senhores não acham que há aí uma relação de promiscuidade?

**SR. ERARDO GOMES BARBOSA FILHO:** Sr. Senador--

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** Desculpe a dureza, mas estão aí representando o conjunto da administração da empresa, não é uma questão pessoal.

**SR. ERARDO GOMES BARBOSA FILHO:** Claro. A PETROBRAS tem um cadastro corporativo, e a exclusão de qualquer empresa do cadastro corporativo da PETROBRAS, pelas normas internas da companhia, ela tem que ser precedida de uma análise de uma comissão específica. Esse é um procedimento interno da empresa e esse procedimento... Essas pessoas que fazem parte dessa comissão são pessoas bastante experientes, as análises que são feitas, elas consideram aspectos técnicos e econômicos, sem dúvida nenhuma, aspectos jurídicos, aspectos legais e aspectos de idoneidade, ou não, dessas empresas. Essa Comissão ainda não concluiu o relatório referente a essas duas empresas citadas. Eu volto a dizer, Senador--

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** Mas, olha, é inadmissível aguardar a conclusão, e, enquanto se aguarda a conclusão, se assina cheques e se aumenta o cadastro bancário da empresa. Contratos assinados, cheques assinados, pagamentos concretizados--



SENADO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DA MESA

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE

INQUÉRITO

**SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE):** A comissão tem que prestar esclarecimentos ao país.

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** A comissão fica sob suspeita.

**SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE):** Ninguém é mais idôneo do que ninguém aqui. Nem nós, nem o senhor, todos têm que esclarecer. Como é que uma empresa que está envolvida num processo desses, continua a ser contratada e ainda tem a aprovação da PETROBRAS? Desse consórcio, quem quer que seja, desse grupo, do que for.

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** E não estamos tratando de tostões, não. Estamos tratando de milhões. Só nesse contrato é 1 bilhão e 650 milhões de dólares. Ou seja, nós estamos assistindo a impunidade prevalecer exatamente numa empresa da importância da PETROBRAS, que nós queremos preservar, e esta relação de promiscuidade com uma empresa que beneficia o partido do governo não pode ser ignorada. Porque a denúncia é que houve um loteamento da empresa, a empresa foi loteada para atender segmentos que apóiam o Governo. No arco partidário. E exatamente depois desse loteamento é que esses fatos começaram a ocorrer na empresa. Aí nós chegamos a um momento em que se identifica uma empresa doadora do partido do governo, recebendo milhões, mesmo depois de ser flagrada numa operação criminosa. Então, esta é a questão que a PETROBRAS, que a direção da PETROBRAS tem que explicar à sociedade brasileira.

E, meu caro Presidente, depois disso, eu não vou perguntar mais nada. Eu creio que isso é muito grave. E, certamente, se essa CPI não propuser o indiciamento das pessoas envolvidas, ela não terá cumprido o seu dever.

**SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** V. Exa. encerrou?

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** Encerrei. Não há razão para perguntar mais nada. Tenho aqui uma coleção de perguntas, mas vou dispensar de perguntar.

**SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** A PETROBRAS quer se manifestar ainda?

**SR. ERARDO GOMES BARBOSA FILHO:** Ainda sobre o tema das empresas, vou repetir mais uma vez, e a Comissão, ela... É uma preocupação que ela tem que ter é se as fraudes que foram cometidas, elas têm natureza corporativa dentro das empresas ou foram fraudes cometidas por empregados dessa empresa. O aspecto criminal, ele corre na Justiça.

**SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Pela ordem de inscrição, o Senador Antonio Carlos Júnior.

**SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA):** Sr. Presidente, Srs. Convidados. Eu tenho aqui algumas perguntas para o Procurador Carlos Alberto Aguiar, para o Delegado Claudio Nogueira e outras para os representantes da PETROBRAS. Então, eu gostaria de passar, para que facilitasse as respostas, gostaria de passar cópia dessas perguntas para V. Sas, porque aí eu vou fazendo as considerações e facilita a resposta, à medida que a cópia das perguntas está--

**SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** A secretaria está...

**SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA):** Aqui para o Procurador e o Delegado e aqui, essa outra aqui, para os representantes da PETROBRAS.

Antes de apresentar as perguntas, eu gostaria de elogiar o trabalho da Polícia Federal e do Ministério Público, e chamar atenção para como as investigações feitas e as denúncias que foram apresentadas demonstram que o Tribunal de Contas da União agiu, e tem agido, com correção e isenção nas auditorias, reparos e recomendações que fazem à PETROBRAS, a despeito de setores da empresa tentarem desacreditar o trabalho feito por aquela corte. Nos documentos enviados à CPI, o Ministério Público fala em três organizações criminosas, voltadas para a prática de ilícitos de quadrilha, corrupção ativa e passiva, fraudes à licitação, falsidade documental, peculato, dentre outros. Pergunto: dentro dos limites do sigilo imposto ao procedimento, V. Sa. poderia descrever como operavam e como se interrelacionavam essas três quadrilhas?

**SR. CLAUDIO NOGUEIRA:** Eu só vou iniciar, depois passar a palavra ao Procurador. Nós temos um aspecto importante na questão de fatos dessa natureza, crimes nessa natureza, que é a incidência no país de organizações criminosas que vêm assolando o país de uma forma tal que nos gera muita preocupação. Mas o que acontece? Muitas vezes, em todas as investigações que eu participei, outras até ligadas a questões da PETROBRAS também, o que nós vemos é que essas organizações criminosas, elas possuem tentáculos em todos os poderes, em todas as esferas de poderes. E se a gente não conseguir fechar a operação, nós não vamos conseguir delimitar um cerco. E vai ficar todo mundo impune.

Então, muitas vezes, apesar de muitas pessoas entenderem por que A, B ou C foram deixados de fora, isso é feito estrategicamente para que ninguém fique impune. Então, é importante, acho que respondendo boa parte dessas perguntas, que outras medidas estão sendo tomadas, outras investigações



SENADO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DA MESA

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE

INQUÉRITO

estão em curso. E que vão, num determinado momento, responder a essas indagações. Então é importante sempre frisar que, infelizmente, hoje, no contexto mundial, as organizações criminosas têm um poder muito além da nossa capacidade de investigação. Então, a gente, muitas vezes, tem que deixar de lado alguns partícipes dessas organizações criminosas, para que elas sejam pegas no futuro, senão nós vamos perder todo o contexto da investigação.

**SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA):** Nesses documentos, encontramos também referências a redes de empresas, algumas existentes, apenas no plano formal, criadas apenas para garantir os pagamentos que o documento chama de colaboradores, entre aspas. Entendo que colaboradores, entre aspas, seriam os sujeitos da corrupção ativa e passiva e as empresas existentes apenas no plano formal. Seriam fantasmas. E teriam sido criadas para viabilizar relação entre as quadrilhas e a PETROBRAS. Pergunto: V. Sa. poderia listar quais seriam essas empresas? V. Sa. poderia explicar como operava o esquema montado?

**SR. CARLOS ALBERTO GOMES DE AGUIAR:** Bom, Sr. Senador, V. Exa. se refere quanto a lista das empresas, aquelas que figurariam como empresa de fachada?

**SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA):** Sim, exato.

**SR. CARLOS ALBERTO GOMES DE AGUIAR:** Eu vou tentar contextualizar e até tomar a liberdade já de buscar responder outra indagação que V. Exa. faz aqui, quanto ao modelo usado para a sonegação de impostos. Essas empresas de fachada, criadas de uma maneira até simples, trivial, elas se prestavam para todo tipo de irregularidades. Os próprios sócios da Angraporto, por exemplo, figuravam como sócios de outras empresas de fachada. E essas empresas de fachada, via de regra, realizavam contratos com a Angraporto, por exemplo, ou intermediavam contratos com outras empresas. Com que justificativa? Com a Angraporto, os contratos eram realizados para justificar a saída de recursos. Eu me lembro de um episódio em que, logo depois da PETROBRAS pagar por um determinado serviço, uma empresa, salvo engano, Zamprogno Oil, teria realizado um negócio jurídico com a Angraporto, a pretexto de receber 285 mil reais. Esse dinheiro não entrou na conta da Zamprogno, foi parar direto na conta do seu diretor, no caso o acusado Mauro Zamprogno. A razão de interpor uma terceira pessoa, no caso a Zamprogno Oil, era para criar o álibi e justificar a saída do dinheiro. Bem, o dinheiro beneficiava esse senhor e, ao mesmo tempo, dava à Angraporto a justificativa para diminuir o seu lucro, a pretexto de dizer que teve uma despesa qualquer com essa empresa. Mas essas e outras empresas de fachada

serviam também como pano de fundo para justificar a movimentação financeira entre as empresas. Cito para o senhor e posso nominá-las, porque é uma questão de conhecimento público, o acordo tratado entre a Mauá Jurong e a Angraporto, em que--

**SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA):** Seria uma das perguntas, e o senhor já pode inclusive adiantar.

**SR. CARLOS ALBERTO GOMES DE AGUIAR:** Exatamente. A Mauá Jurong fez um acordo, o Diretor da Mauá Jurong fez um acordo com o Diretor da Angraporto, para que a Mauá Jurong se sagra-se vencedora de uma licitação, e isso efetivamente aconteceu. Houve o pagamento de quatro milhões de reais, nós identificamos essa movimentação financeira, ela efetivamente ocorreu, e a justificativa que a Mauá Jurong utilizou para a saída desses quatro milhões que não aconteceram de uma só leva, o pagamento se deu parceladamente, foi um pseudocontrato com outra empresa de fachada, salvo engano chamada Ventos Consultoria, que também pertencia a um dos sócios da Angraporto. Então, o dinheiro saiu a pretexto de se fazer um contrato de consultoria, mas, na verdade, era paga pela contrapartida na fraude licitatória em detrimento da PETROBRAS.

**SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA):** Como era dado o favorecimento em licitações? Como é que funcionava a sonegação de impostos? E como também funcionava a organização contábil, montada pela quadrilha, para ocultar o pagamento de propinas?

**SR. CARLOS ALBERTO GOMES DE AGUIAR:** A questão da sonegação, como eu disse a V. Exa., se dava basicamente por meio desses falsos negócios jurídicos. Emissão de notas fiscais falsas para justificar a saída de dinheiro, emitidas por empresas de fachada, falsos contratos de consultoria, etc. Por aí se dava a sonegação de imposto.

**SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA):** Segundo a imprensa, o Sr. José Augusto Barbosa Reis parecia ser o articulador entre várias empresas envolvidas, inclusive negociando resultado de licitações. Quais as ligações do Zé Augusto Barbosa Reis dentro da PETROBRAS, que o fazia tão influente?

**SR. CARLOS ALBERTO GOMES DE AGUIAR:** Esse senhor foi denunciado, e a acusação que recai sobre ele é de ter praticado o que se chama de *lobby*, se valia de acesso a alguns empregados da PETROBRAS, obtinha informações privilegiadas, e, de alguma maneira, procurava beneficiar empresas, sempre na tentativa de levarem vantagem e fraudar a licitação. A informação nesse processo competitivo é extremamente importante, de modo que esse senhor, detentor de acessos privilegiados, era inclusive remunerado por isso, e acabava por passar informações. Além disso, ele também se



SENADO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DA MESA

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE

#### INQUÉRITO

prestava a defesa, ainda que informal, dos interesses de algumas empresas. Eu me lembro, por exemplo, dele buscando... Quando a PETROBRAS suspendeu ou não adjudicou um determinado contrato, salvo engano envolvendo a P-14, ele foi instado a buscar superar esse óbice, tentar, de alguma maneira, viabilizar o contrato, que seria entre a IESA e a PETROBRAS, e também trazer as justificativas para essa não contratação. Então, ele se prestava a esse papel informal de lobista.

**SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA):** Na contratação de serviço de estadia e apoio para a Plataforma P-22, serviços orçados em 9.77 bilhões, várias irregularidades foram identificadas, como a falta de constituição formal da Comissão de Licitação, a diminuição do tamanho do calado para atracação com o objetivo de beneficiar uma concorrente, além da contratação da empresa com conhecimento prévio de que o contrato que seria alterado. V. Sa. poderia detalhar como se deram essas fraudes na licitação no contrato e nos aditivos?

**SR. CARLOS ALBERTO GOMES DE AGUIAR:** Foi a primeira irregularidade ou uma das primeiras que nós identificamos. Essa questão do calado realmente saltava aos olhos. O calado mínimo exigido para a atracação da plataforma estava expresso no edital e, por exemplo, a Angraporto não atendia a esse requisito, o que, de cara, impedia a sua contratação. Ainda assim e de uma maneira a nosso ver absolutamente fraudulenta, o edital foi manipulado, essa exigência do calado sumiu do edital e no final das contas a Angraporto acabou sendo contratada. Não bastasse a fraude na licitação, a plataforma simplesmente ficou em áreas públicas, chamadas áreas abrigadas, na Bahia de Angra dos Reis. Ou seja, não ficou no cais da Angraporto. E ainda assim a Angraporto foi remunerada, e, mais ainda, com aditivos que mais adiante majoraram esse contrato. Por exemplo, para que a plataforma pudesse finalmente ser atracada no cais da Angraporto, tiveram que diminuir o peso. E isso gerou custo para a PETROBRAS. Ou seja, a PETROBRAS se adequou... A licitação... O contrato se adequou para que a contratada pudesse ser a Angraporto.

**SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA):** Na licitação para contratação de serviço de cais e apoio logístico para a Plataforma P-10, um processo de... Não, esse... De 19.3 milhões, várias outras irregularidades foram constadas pelas investigações. O mesmo aconteceu em relação à Plataforma P-14, que as investigações apontam fraudes no processo para a contratação de serviços de estadia e apoio no valor de 31.6 milhões. Fraudes também foram identificadas no processo licitatório para a contratação do serviço de estadia e apoio para a Plataforma P-16. V. Sa. poderia nos

confirmar se as investigações apontam para um, digamos, padrão de operação que se repete nesses casos todos? A que o senhor atribui essa repetição de ilicitudes?

**SR. CARLOS ALBERTO GOMES DE AGUIAR:** Excelência, na verdade, eu não posso dizer que há um padrão, nem posso dizer que a PETROBRAS é mais suscetível que outras às fraudes. É óbvio que, por ser uma empresa do porte que é, acaba sendo suscetível a ataques destes marginais. O fato é que muitos desses episódios ocorreram e se sucederam por conta de uma relação promíscua que acabou se instalando entre alguns empresários e alguns empregados da PETROBRAS. A figura central, esse senhor que a denúncia atribui à prática de alguns crimes que integrava a licitação, o Sr. Feitosa, tinha um cargo mediano--

**SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA):** José Augusto Barbosa Reis.

**SR. CARLOS ALBERTO GOMES DE AGUIAR:** Não, esse Feitosa é o empregado da PETROBRAS. Foi demitido.

**SR. CARLOS ALBERTO GOMES DE AGUIAR:** Era o coordenador das comissões. Comissões de licitação. Exatamente.

**SR. CARLOS ALBERTO GOMES DE AGUIAR:** Processado. Ele já foi demitido, inclusive. Ele era uma figura de função mediana, e, ao longo das investigações, nós pudemos perceber que ele foi seduzido, cooptado pelos empresários. Passou a frequentar restaurantes, viveu o mundo que não era o dele. E aqui eu diria, houve, sim, certa fragilidade, e acho que a PETROBRAS está buscando corrigir isso. Essas comissões, elas devem ser prestigiadas e seus integrantes devem ser preparados em reconhecimento à função estratégica que ocupam. Estão constantemente submetidos a essa cooptação, portanto precisam ter uma postura ética... Uma contrapartida financeira, enfim, serem extremamente bem preparados para evitar esse tipo de situação. O que a gente viu não foi bem isso.

**SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA):** Entre os cinco funcionários da PETROBRAS, citados no inquérito, três foram demitidos por justa causa e dois receberam penas de suspensão, sendo que um deles foi destituído da função de confiança que exercia e suspenso por 29 dias, enquanto o outro foi suspenso por 15 dias e, posteriormente, por mais 29 dias. Não lhe causa estranheza essa diferença de tratamento, ou, pelas investigações, o crime de alguns foi mais grave que dos outros, e sempre respeitando o sigilo legal, seria possível V. Sa. relacionar, além de funcionários da PETROBRAS, que servidores públicos teriam sido flagrados participando do esquema? Quais as funções que esses servidores públicos desempenhavam no esquema? Ora, também é estranho a suspensão ser até 29



SENADO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DA MESA

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE

INQUÉRITO

dias para não haver a demissão. É outra coisa estranha.

**SR. CARLOS ALBERTO GOMES DE AGUIAR:** Excelência, as pessoas envolvidas estão nominadas aí, confesso a V. Exa. que nem me lembro mais de todas. Mas sei que algum... Houve imputação como o Dr. Claudio Nogueira mencionou, a um agente Federal, a servidores da FEEMA, em todos os setores em que havia algum nível de interesses desses empresários, eles obtiveram êxito em cooptar um ou outro. Quanto às punições aplicadas pela PETROBRAS, eu peço licença a V. Exa. para não tecer comentários, porque, sinceramente, não participei do processo, não sei quais foram as premissas. O que devo dizer ao senhor é que, naquilo que me compete em área criminal, entendo que há elementos para que essas pessoas sejam condenadas criminalmente e também para que venham ser punidas administrativamente com a pena de demissão. Mas isso num aspecto criminal.

**SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA):** Eu vou agora partir para as questões com os representantes da PETROBRAS, mas é importante chamar atenção, da forma que fez o Senador Sérgio Guerra e o Senador Alvaro Dias, de que nós deveríamos ouvir essas pessoas que estão envolvidas nessas questões. Eu acho que simplesmente nós abandonarmos a investigação... Isso aqui está muito... Isso é um caso sério, é um caso importante, complicado, e vem mais agora que nós vamos falar de IESA. Então, eu acho que... Colocaria para o Presidente e para o relator da importância de nós ouvirmos essas pessoas aqui. O assunto já está descoberto, nós temos que nos aprofundar para ver como é que isso funcionava e aí evitar que a PETROBRAS venha incorrer novamente nesse... Digamos, sofrer ataques nessas fraudes, porque obviamente que a estrutura da PETROBRAS está envolvida com essas fraudes.

Bom, vamos às perguntas. A ocorrência de fraudes tem sido recorrente nessas licitações da PETROBRAS que passaram pelo crivo da Polícia Federal. Só para exemplificar, temos o processo 005483/2005- 9 do TCU, referente a obras e serviços de manutenção e recuperação de sistemas de produção de óleo e gás natural da região nordeste, que apontou 33 irregularidades no edital de licitação e em 13 contratos. Em outro processo, de nº. 007483/2009-0, referente à obra de desenvolvimento dos sistemas de produção e óleo de gás natural da Bacia de Campos, com contratações na ordem de 933,5 milhões de reais, o TCU encontrou também várias irregularidades nas licitações. Sem falar, é claro, no inquérito da Operação Águas Profundas. Pergunto: como é possível que a gerência de auditoria interna não tenha percebido tais irregularidades durante os processos, ou mesmo em tempo hábil, para que fossem detidos os criminosos?

**SR. ILTON JOSÉ ROSSETTO:** Sr. Senador, em primeiro lugar, eu quero destacar, como foi dito aqui pelo Procurador da República, que o relatório da auditoria interna, no caso Águas Profundas, se constituiu uma peça bastante importante, onde foram identificadas essas não conformidades, essas irregularidades. Os controles que apresentei na minha apresentação, que vão desde o controle de documentação interna, edição de documentos, aprovação... Documentos esses que são guardados dentro dos prazos legais previstos, são todos instrumentos de controle. A auditoria interna, ela atua de uma forma a auditar os contratos que já... ou as licitações que já foram realizadas, e elas fazem parte também desse processo. Então, queria destacar que, nesse caso, foi muito importante, como foi colocado aqui, a atuação da auditoria interna e chamar atenção à importância que se dá ao processo e a grande quantidade de controles modernos que a companhia utiliza. Quanto às auditorias do TCU que V. Exa. apontou, eu não tenho conhecimento sobre esses relatórios. Esses relatórios não são sob a área a qual eu atuo. Então, não poderia fazer esclarecimentos a essa CPI a respeito dessas auditorias.

**SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA):** Bom, tamanha quantidade de irregularidades apenas reforça a convicção de que o sistema de controle interno do Poder Executivo precisa ter acesso aos contratos da estatal, como, aliás, sugeri na última reunião da Comissão. Somente o absoluto descontrole que acontece na empresa pode explicar o fato de uma companhia, mesmo sendo acusada de integrar o esquema de fraudes em licitações da PETROBRAS, de estar envolvida na compra de informações privilegiadas e com dois dos seus diretores respondendo a processo criminal na Polícia Federal, permaneça celebrando contratos com a PETROBRAS. Pergunto: como pode a IESA ter assinado, em junho de 2008, um novo contrato de 190 milhões com a PETROBRAS? E como é possível a IESA participar do consórcio contratado por 1 bilhão e 600 milhões de reais para construir a Plataforma 63? A IESA não poderia estar operando com a PETROBRAS em nenhuma hipótese. Na pior das hipóteses, ela deveria ter sido suspensa, a sua atuação, até que fosse concluído o inquérito. Mas era para ter sido eliminada. Na pior das hipóteses, suspensa. É inaceitável a participação da IESA em continuar operando para a PETROBRAS, depois de todas as irregularidades apontadas. Então, é preciso que se... É preciso que se aja, imediatamente afaste essa empresa, porque é uma empresa que praticou flagrantemente corrupção e... Mas ela tem, ela é... Ela contribui com o Partido dos Trabalhadores, portanto acaba sendo... Passam a mão na cabeça dela e continua operando para a PETROBRAS.

**SR. ILTON JOSÉ ROSSETTO:** Sr. Senador, conforme foi relatado pelo engenheiro Erardo, a PETROBRAS criou uma comissão interna, com participação de funcionários experientes dentro da companhia, seguindo todos



SENADO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DA MESA

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE

#### INQUÉRITO

os procedimentos internos da companhia. As decisões, nesse caso, elas são avaliadas por uma comissão que fornece os subsídios, com uma análise técnica, econômica, legal, e, na conclusão deste relatório, ele é enviado pelo grau de importância que isso tem dentro da companhia e que esse caso teve, vai ser deliberado pela direção da companhia. Não se trata de uma decisão individual de nenhum dos gestores da companhia, nem mesmo do Presidente. Esse é um processo extremamente detalhado que vem sendo conduzido com todo o cuidado necessário. E uma coisa que eu gostaria mais uma vez de reforçar é de que a empresa não pode, por premissa, assumir que irregularidades cometidas por funcionários de empresas que forem identificados no processo, refletem um envolvimento corporativo. Então, é essa verificação que está sendo feita com todo o rigor, à luz dos procedimentos internos. E assim que esse relatório for concluído, ele será deliberado pela direção da companhia.

**SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA):** Dr. Ilton, deveria haver um procedimento liminar de suspensão da empresa. Caso na conclusão do inquérito ela fosse...

**SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA):** Não é o funcionário. A empresa está assinando contrato com a empresa que fraudou. Então, ela deveria ter sido, no mínimo, suspensa a sua... Os seus contratos com a PETROBRAS até... Era para ser eliminada, mas, na pior das hipóteses, suspensa.

O Presidente da PETROBRAS afirmou, em entrevista, que a competência para a contratação na PETROBRAS obedece a limites previstos nos procedimentos internos. Pergunto: V. Sa. poderia explicar o que entende por limites previstos nos procedimentos internos? Contratos de monta, como esses, abordados pelas denúncias, não são aprovados pelo alto escalão da PETROBRAS?

**SR. ILTON JOSÉ ROSSETTO:** Os limites de competência tratam da delegação, que é dada a todos os níveis gerenciados dentro da companhia, a partir da própria direção dos diretores da companhia; cada diretor individualmente, ao Presidente da companhia individualmente, e toda a estrutura gerencial da companhia. Então, esse é um procedimento que é feito, devidamente formalizado, esses limites são estabelecidos. No caso dos contratos citados na Operação Águas Profundas, eles tiveram diferentes níveis de aprovação, desde aprovações que iam ao limite de Gerente-Geral até aprovações que aconteceram na Gerência Executiva da companhia. E, nesse ponto, é importante destacar que a atuação fraudulenta de um grande esquema criminoso com infiltração dentro da companhia e pela execução, pela

participação de funcionários que conheciam os processos internos, eles constituíram documentos que continham os elementos necessários e que foram encaminhados, levando a aparentar um processo competitivo e de que aquela era a melhor escolha, a melhor seleção para a companhia.

**SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA):** Eu insisto que a IESA não deveria estar operando pela PETROBRAS. Mas vou continuar. Segundo o relatório de auditoria da PETROBRAS, encaminhado a esta CPI, foram constatados seis processos sucessivos de contratação da empresa IESA, feitos sem licitação, havendo inclusive abono de prazos. A auditoria detecta certa falta de planejamento, entre outras, da PETROBRAS em relação às suas reais necessidades, facilitando irregularidades. Pergunto: diante da constatação da auditoria que procedimentos foram modificados, no que diz respeito ao planejamento, para evitar que contratos sem licitação prejudiquem a empresa? Que procedimentos poderiam ser adotados?

**SR. ILTON JOSÉ ROSSETTO:** Sr. Senador, conforme nós apresentamos na nossa apresentação inicial, a PETROBRAS, ela dispõe de um sistema de gestão que é reconhecido internacionalmente como sendo sistema moderno. Um dos pilares é o contínuo aprimoramento dos processos. Todos os relatórios de auditoria, sejam internos ou externos, são objetos de uma análise detalhada e serve como insumos para o aperfeiçoamento de todos esses mecanismos, inclusive das ferramentas eletrônicas, por exemplo, que fazem parte desse processo. Em referência à auditoria específica, que foi feita auditoria especial, no caso de Águas Profundas, esses relatórios, no primeiro momento, guardaram sigilo dentro da companhia, eles foram encaminhados ao Ministério Público, como aqui foi dito, e, depois que a operação foi deflagrada e veio ao público, os contratos - e que não foram esses quatro contratos, que, hoje, ficou claro uma atuação fraudulenta, uma fraude contra a PETROBRAS -, eles seguiram a sistemática interna de tratamento de auditorias, foram encaminhadas às gerências responsáveis, áreas nas quais eu não atuo e não tenho aqui, em minhas mãos, os resultados dessas auditorias. Mas todo esse trâmite, ele seguiu conforme reza o procedimento interno da companhia.

**SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA):** Em vários processos, o Tribunal de Contas da União critica a obstrução que a PETROBRAS faz ao livre exercício da fiscalização, quando, de forma sistemática, nega-se a fornecer dados que lhes são solicitados. Posso citar, por exemplo, os processos nº. 011647/2007 e 006137/2008. E mais recentemente o citado do acórdão 2094, publicado há apenas 20 dias, sobre auditoria feita na PETROBRAS *Netherlands*, em que houve a negativa de fornecimento de estimativa de custos para a construção das plataformas P-55 e P-57. Ora, trata-se de clara obstrução às investigações, e, como ressalta o Tribunal,



SENADO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DA MESA

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE

INQUÉRITO

resultou em obstáculo a análise dos custos que envolvem a formação de preços para a construção das plataformas. Pergunto: sem invocar liminares ou alegar razões de sigilo comercial, por que a PETROBRAS demonstra tanta resistência em disponibilizar esses dados aos órgãos de fiscalização?

**SR. ERARDO GOMES BARBOSA FILHO:** Senador, em particular, nós, tanto eu quanto o engenheiro Ilton, nós não conhecemos especificamente o caso que o senhor citou. Pelo que entendi, seria um processo de auditoria na subsidiária da PETROBRAS da Holanda. Eu não tenho informações específicas sobre esse caso. Mas o que eu posso repetir aqui, que foi apresentado pelo colega, Dr. Rossetto, é de que a PETROBRAS é uma empresa bastante auditada, e trabalho na área de exploração e produção, e as auditorias são praticamente diárias e constantes de diversos órgãos externos de controle, principalmente Controladoria-Geral da União e Tribunal de Contas da União. Mas desconheço especificamente esse caso que o senhor citou.

**SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA):** O Tribunal de Contas da União relacionou isso com falhas graves aqui. Bom, finalmente, considerando as perguntas que fiz anteriormente aos representantes do Ministério Público e da Polícia Federal, pergunto a V.Sa: V.Sa. conhece as pessoas e empresas citadas e denunciadas? Tem conhecimento dos fatos relatados? Que modificações a PETROBRAS fez em seu sistema de controle interno para que esses casos não se repitam?

**SR. ERARDO GOMES BARBOSA FILHO:** Bom, com relação às pessoas, são 28 denunciados, eu conheço as pessoas... Conheci as pessoas, os cinco denunciados da PETROBRAS--

**SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** 26, não é?

**SR. ERARDO GOMES BARBOSA FILHO:** São 26 na primeira denúncia e mais duas no aditamento da denúncia. São 28 no total. Cinco da PETROBRAS... Os cinco da PETROBRAS eu cheguei a conhecer, sim. Os fatos relatados eu tenho conhecimento, sim. Eu, pela função que exerço, eu participei, uma vez que foi tornada pública a operação, eu participei, junto com a direção da companhia, das providências que foram tomadas e das decisões que foram tomadas com relação a procedimentos administrativos e cancelamento de contratos, suspensão de licitações, etc. Com relação ao controle interno da PETROBRAS, também já falamos aqui bastante sobre isso, e eu volto a repetir: uma peça fundamental no desbaratamento dessa operação fraudulenta foi o relatório de auditoria interna da PETROBRAS,

consta inclusive esse relatório na denúncia que foi apresentada. A PETROBRAS tem todos esses sistemas, repito e volto a dizer, são sistemas modernos, incorporando o que de mais moderno há dentro dos procedimentos empresariais de licitação e de gestão de contratos.

Um aspecto muito importante também é que obviamente que há sempre um processo de melhoria contínua. Essa melhoria, ela vem a partir das auditorias internas e externas que são realizadas. E uma coisa que a PETROBRAS tem investido muito é na admissão de profissionais e na qualificação e treinamento de profissionais que participam dos processos de licitação. O Procurador citou esse aspecto daqui e a PETROBRAS realmente tem feito o investimento significativo nessa área. Eu vou dar um exemplo aqui da minha área, que é área de exploração e produção. Há cerca de três anos, a PETROBRAS fez um processo de admissão específico para profissionais na área de contratação. Foram contratados 150 administradores de empresa, através de processo de concurso público, e foi esses profissionais, depois de admitidos na PETROBRAS, eles participaram de um treinamento específico para a área, visando melhorar os processos e melhor qualificar as pessoas dentro da empresa que trabalham com essa área de contratação de bens e serviços.

**SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Pela ordem de inscrição, Senador Sérgio Guerra.

**SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE):** Sr. Presidente, Srs. Senadores. Não tem sido fácil essa Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu queria, desde logo, elogiar a conduta do Presidente João Pedro, que tem feito um esforço para que ela opere de forma razoável. Hoje, temos um assunto de grande relevância. Uma determinada situação em que ficou comprovada na PETROBRAS uma situação óbvia, um cenário de corrupção real. Ouvi falar de fatores internos e fatores externos. E tudo que ouvi até agora diz respeito a uma movimentação de fora, com apoio de membros de uma comissão de licitação, que produziu irregularidades. Sinceramente, para quem conhece o mundo, isso é muito pouco. Nada contra a suficiência das comissões de licitação, mas as comissões de licitação normalmente atendem a comandos. Sobre esses comandos eu não ouvi uma palavra. Essa área que foi fiscalizada, que está sendo vista, é uma área de qual Diretoria? Da Diretoria do Guilherme Estrella?

**SR. ILTON JOSÉ ROSSETTO:** Sim, Senador.

**SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE):** Dr. Guilherme Estrella é uma pessoa que até nós, da oposição, reconhecemos que tem toda uma vida de correção. Podemos divergir de alguma posição que ele tenha, mas é uma pessoa honesta, esse é o consenso que eu colhi entre mais de duas dezenas de



SENADO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DA MESA

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE

#### INQUÉRITO

funcionários e técnicos da PETROBRAS, entre os empresários e na sociedade de maneira geral. Pode até não ficar bem para um parlamentar da oposição ou até Presidente de um partido dizer isso, mas é isso que eu penso e é isso que a sociedade diz. Mas, da mesma maneira que eu penso isso, eu penso que esse quadro aí não pode ser tão restrito. Não deve ser tão restrito. Essa empresa IESA, entre outras, é empresa que tem, pelo que eu percebo, uma larga operação pela PETROBRAS. A PETROBRAS, eu conheço dezenas de empresários que me dizem o seguinte: “É o melhor lugar do Brasil para ganhar dinheiro”. Gente que faturava 500 milhões, tem um contrato na PETROBRAS; logo a seguir, tem dois bilhões, três de faturamento por ano. E isso é contra o Brasil? Não é. São empresas brasileiras, nada a opor. Mas é um mercado extremamente desejado, extremamente disputado, e, na PETROBRAS, e não foi nem o Governo do Presidente Lula que inventou isso, há muita facilidade para a contratação. O regime de lá é especial. As pessoas são contratadas com um nível muito menos complexo do que aquele da concorrência de uma maneira geral. Há um contraditório entre Tribunal de Contas e a PETROBRAS sobre isso, e é notório também.

Na situação de hoje, eu queria ponderar dois assuntos. Primeiro, o fato de que empresas contratadas, já foi levantado aqui pelo Alvaro Dias, depois continuada a ponderação pelo Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior, e eu também queria discutir um pouco isso com muito vagar e tranquilidade. As empresas foram a Angraporto Offshore, a IESA, a IESA de novo e a Mauá Jurong. A IESA volta a ser contratada com valores que já foram ditos aqui, relevantes. E ela foi quem assinou, quem liderou um processo de corrupção na PETROBRAS. Porque quem faz a corrupção não é João, que trabalha numa função qualquer de qualquer empresa, não é Manoel que trabalha na outra função. A responsabilidade é da empresa, ela que assina contratos, ela que tem que responder pelos que atuam com ela. Senão, era impossível manter um controle sobre contratos, responsabilidades daí pra frente. PETROBRAS, pelo que eu entendi, tem as informações que foram levantadas de várias formas. Eu perguntaria rapidamente: houve alguma auditoria externa nesse processo de investigação dessa contratação ou apenas auditoria interna da PETROBRAS, que é subordinada à sua Diretoria?

**SR. ILTON JOSÉ ROSSETTO:** Sr. Senador, há uma auditoria em andamento do TCU e do CGU que essa auditoria ainda não produziu nenhum relatório.

**SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE):** Sim, mas nenhum auditor externo independente entrou nessa investigação? Nenhuma empresa de auditoria, só auditoria interna e a fiscalização dos órgãos federais?

**SR. ILTON JOSÉ ROSSETTO:** Perfeito.

**SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE):** A auditoria interna que a PETROBRAS desenvolve é subordinada à Diretoria Executiva?

**SR. ILTON JOSÉ ROSSETTO:** Não, ela é subordinada ao Conselho de Administração.

**SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE):** Então, esse processo, pelo que eu estou entendendo, de tudo que eu vi, foi reconhecidamente contaminado. Ele não é um... Ninguém o sustenta, ninguém defende a sua lisura, nem vocês, nem a sociedade, nem os que... Nem Ministério Público, nem a polícia e nem vocês que são da estrutura da empresa. Vocês reconhecem que empresas envolvidas nesse episódio continuam a trabalhar e tiveram novos contratos na PETROBRAS. Apenas explicam que, ao longo desse período, uma determinada área da PETROBRAS tem de qualidade, segundo foi informado, essa área da PETROBRAS examina se essas empresas devem ser afastadas, podem continuar a operar na PETROBRAS ou daí pra frente. E para que as responsabilidades sejam conhecidas, mais bem conhecidas.

Quero dizer que qualquer empresa que eu conheço, no momento em que chega à conclusão sobre um amplo processo de corrupção do tamanho desse, que essa empresa, por um bom tempo, não contrate a empresa privada que está inserida no processo de corrupção. Não importa que essa inserção se dê através de um funcionário, um sub funcionário, um diretor ou qualquer coisa que... Qualquer elemento da empresa. Importa que é uma empresa que tem as responsabilidades legais, que está envolvida num episódio deplorável. Não estou desconsiderando esse grupo de qualidade, que examina o papel que essa empresa desenvolveu no episódio no detalhe, mas é claro que, para que qualquer pessoa de bom senso, não faz sentido continuar com a empresa envolvida num episódio desses operando na PETROBRAS. Não faz sentido nem uma empresa como a PETROBRAS cadastrar, operar com empresas que mesmo fora da PETROBRAS estejam envolvidas em episódios como esse. Isso qualquer pessoa de bom senso pensará exatamente como eu estou falando. Outra empresa, essa tal... Como é o nome dela? Mauá Jurong, ela continua a trabalhar para o sistema PETROBRAS. Da mesma forma que contrata com ela a própria PETROBRAS. O Estaleiro Mauá S.A. tem 660 milhões de contratos com a TRANSPETRO, iniciados em 2007. Continua... Essa mesma empresa tem um diretor que pagou, pelo que vi, quatro milhões à Anraporto. Não foi um funcionário, um diretor no processo de corrupção. Contrato de consultoria. No entanto, está no sistema PETROBRAS continuando a operar. Eu não posso entender, não tem justificativa. O mais eloquente dos defensores da PETROBRAS não vai ter coragem pública de dizer que isso é certo. Não sustentará essa posição por mais de 30 segundos.



SENADO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DA MESA

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE

#### INQUÉRITO

Uma empresa envolvida num processo de corrupção continuar operar com a PETROBRAS nessa escala ou em qualquer escala, ainda mais no sistema da PETROBRAS. Elas deveriam ser afastadas. Até porque não falta capacidade técnica nacional. Se ela fosse uma empresa exclusiva, fora dela, ninguém mais pudesse prestar esse serviço, num cenário de emergência absoluto e total, algo poderia se explicar. Mas não é isso que está aqui.

Então, eu apenas chamo atenção disso para ponderar com o Presidente João Pedro, com o Presidente João Pedro, que não me move nenhuma emoção nisso. Eu não tenho nada contra ninguém, de uma maneira geral, nem contra Dr. Eraldo e Dr. José... Meu olho está ruim. Ilton, que fizeram aí com equilíbrio a defesa que tem para fazer. Mas eu... Eu tenho total confiança no Dr. Guilherme Estrella, mas esse é um episódio que precisa ser esclarecido ao país. Porque alguém envolvido no processo de corrupção, uma grande empresa que tem centenas de contratos em negócios, essa empresa tem operação continuada na PETROBRAS e ainda por cima tem novos contratos. O processo de... Não está esclarecido, a investigação continua, foram punidos três subfuncionários, esse negócio de dar licença de 15 dias para o cara voltar no 16º dia, me permitam, não é convincente, ou então 29 dias, 12 dias... Enfim, a investigação ainda caminha, os processos estão sendo vistos. O crime propriamente começa somente agora a ser devidamente avaliado. Do ponto de vista do Tribunal de Contas, isso não está resolvido, só denúncias, a não ser da Controladoria-Geral da República. Mas é um fato gravíssimo que produziu uma operação escandalosa, como normalmente acontece quando as operações são feitas, e o país ficou sem respostas.

Eu acho que uma tarefa nossa aqui - isso que eu queria falar com o Presidente João Pedro - é deixar tudo isso claro. Deixar tudo isso com a maior clareza, não apenas para aqueles que admiram a PETROBRAS, e são todos, mas para a sociedade que precisa, cada vez mais, de transparência, e nós estamos nessa CPI, aqui, não é para dinamitar a PETROBRAS, até porque não temos poder para isso, nem para danificar a PETROBRAS, não seria patriótico; mas para que a PETROBRAS seja investigada. Consideramos um absurdo que qualquer instituição pública não seja investigada. E que a PETROBRAS tenha menos soberba, menos arrogância e sente para conversar com todos, porque é a empresa do povo brasileiro. Sabemos que ela é grande, sabemos que ela é boa, sabemos que ela serve ao Brasil, mas a empresa é uma coisa, as pessoas são outra coisa. As pessoas têm responsabilidades públicas e tem que explicá-las aqui. Nós aqui, senadores, não faz uma semana, tivemos que explicar por que viajamos mais de duas vezes ou por que compramos passagens para nossos familiares. O Senado da República, cada um de nós...

Eu fui eleito com 1 milhão e 800 mil votos. O Júnior aqui deve ter sido eleito com dois, três milhões de votos, Alvaro não sei com quantos. Todos nós aqui fomos eleitos e somos obrigados a esclarecer, nos mínimos e nos máximos detalhes, o que fizemos e o que fazemos. Não vai ter uma estrutura, por mais relevante que ela seja, mais responsável que ela seja, mais importante que ela seja para o país, que não tenha a obrigação de deixar tudo muito claro. Infelizmente, eu quero dizer que, nesse episódio, rotinas podem ter sido cumpridas. E devem ter sido cumpridas. Ladrões há em todo lugar. Isso pode acontecer na PETROBRAS ou em qualquer instituição. Mas esse episódio está longe de ser esclarecido. E responsabilidades serem efetivamente apuradas.

Eu queria pedir ao Senador João Pedro, já falei aqui com o Senador Romero, Senador Alvaro e Senador Júnior que a gente estudasse uma forma de fazer essa investigação com sobriedade. Não queremos danificar a PETROBRAS de maneira nenhuma, ela não será danificada, não temos tamanho para isso, nem vontade para isso, mas que essa questão seja posta como deve ser posta de forma a que todos compreendam.

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** Pela ordem, Presidente. Na linha do que o Senador Sérgio Guerra propõe, eu indago de V. Exa. quando é que poderemos deliberar sobre requerimentos que estão pendentes, especialmente os últimos requerimentos que apresentei, em relação às contradições havidas no que se refere à questão *royalties*. Um dossiê que teria sido fabricado, para ouvir quem fabricou o dossiê e quem denunciou que o dossiê foi fabricado. E também a convocação do Diogo Mainardi, escritor, produtor, colunista, em razão do que vem escrevendo já há algum tempo sobre essa questão de *royalties* da PETROBRAS. Então, existem outros requerimentos, mas eu cito como exemplo esses três para indagar de V. Exa. quando é que poderemos deliberar sobre eles.

**SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Eu quero, respondendo a V. Exa., a próxima reunião nós não fazemos oitiva, e, sim, fazemos uma reunião administrativa, na perspectiva, no encaminhamento de votação de requerimentos.

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** Obrigado, Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Pela ordem de inscrição, Senador Delcídio e Senador Gim. Deferência do Mato Grosso com Brasília.

**SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF):** Deferência do Mato Grosso, meu amigo Delcídio. Muito obrigado, Delcídio, muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Só para dizer que, dentro da linha do que o Senador Sérgio Guerra colocou, que todos nós sabemos da importância, da



SENADO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DA MESA

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE

#### INQUÉRITO

grandeza, que é a nossa PETROBRAS, orgulho nacional, uma empresa que tem 240 mil contratos anualmente, uma empresa que aonde essa Operação Águas Profundas tomou todas as medidas. Eu gostaria de perguntar justamente para o Sr. Procurador da República, o Sr. Delegado da Polícia Federal, se alguma vez, em qualquer movimento desse, a PETROBRAS criou algum obstáculo, a empresa PETROBRAS criou algum obstáculo, ou facilitou todas as apurações, desde que vocês foram para essa investigação, ou nessa ou em qualquer outra investigação, se a PETROBRAS criou algum tipo de barreira alguma vez. É a primeira pergunta.

**SR. CLAUDIO NOGUEIRA:** Respondendo pela questão da investigação pela Polícia Federal, ao contrário, toda vez que foi instada a PETROBRAS, através de seu Gabinete de Segurança Empresarial, nos forneceu todos os dados necessários e auxiliou naquilo que foi pedido. Não houve qualquer obstáculo.

**SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF):** Muito obrigado. Da mesma forma, Procurador?

**SR. CARLOS ALBERTO GOMES DE AGUIAR:** Sem dúvida. Sem dúvida, tanto o Gabinete de Segurança Institucional como auditoria interna prestaram relevantes serviços para a investigação e foram decisivos para a qualidade da prova que nós levamos ao Judiciário. Então, houve plena colaboração da PETROBRAS.

**SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF):** Esse é um modelo da empresa que nós imaginamos. Tanto o Senador ACM Neto quanto o Senador Alvaro Dias, Senador Delcídio, Senador Jefferson Praia, Senador João Pedro. Por quê? Porque é empresa que é empresa aberta, empresa que é orgulho nacional, empresa que é ao contrário, quando se colocam das dificuldades de mercado, empresa que, ao invés de fechar em prejuízo, fechou foi em lucro de 20 ou mais bilhões de reais, uma empresa que faz 240 mil contratos anualmente, aonde, quando descobre qualquer indício de irregularidade, é a primeira a procurar ajuda nos órgãos corretos, como é a Polícia Federal, como é a Procuradoria. Quer dizer, essa é a empresa PETROBRAS. Isso que eu estou querendo demonstrar: que a empresa, quando todas as vezes que teve alguma dificuldade, socorre a quem tem que se socorrer, mostrando sua lisura, sua transparência e, acima de tudo, a sua competência de lidar com isso.

Eu vejo aqui quantos... Pedir a sua explanação. Quantas... Subordinada a quantos órgãos para a prestação de contas? Auditoria interna, ouvidoria interna, subordinada ao Conselho de Administração da Companhia, Tribunal de Contas, Controladoria-Geral da União, Agência Nacional do Petróleo,

Ministério de Minas e Energia, Comissão de Valores Imobiliários e, por último, a Comissão até internacional. Dizer que eu me sinto satisfeito pelo que eu escutei aqui, hoje. Fico triste em saber que as pessoas que deveriam ser punidas com mais rigor ainda não foram punidas com mais rigor. Tem que ser punidas, porque ladrão tem em todo lugar. Agora, quando é dentro de uma empresa que é orgulho nacional, tem que ser punido exemplarmente. E essas empresas que até hoje estão prestando serviço na PETROBRAS, concordo também que não deveriam estar ainda prestando serviços. Foram realmente culpadas, tem que ser elas retiradas do sistema. São essas minhas colocações. Muito obrigado e me dou por satisfeito, senhores representantes da PETROBRAS.

**SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Antes de passar para o Senador Delcídio, eu quero... Eu proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da oitava e nona reunião dessa Comissão. Srs. Senadores, que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovada as duas atas. Em seguida, senador inscrito, Senador Delcídio Amaral.

**SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS):** Sr. Presidente, queria cumprimentar o Dr. Claudio Nogueira, Delegado da Polícia Federal, Dr. Carlos Alberto Gomes Aguiar do Ministério, Procurador da República, Erardo Gomes Barbosa Filho, Gerente Executivo de Serviço da área de Exploração e Produção, Ilton José Rossetto, Gerente Setorial de Serviços e Contratação da área de Exploração e Produção.

Sr. Presidente, eu gostaria de fazer... Eu levantei, eu fiz um histórico desse processo, a chamada Operação Águas Profundas e entendo como as coisas que ouvimos aqui e tivemos a oportunidade de acompanhar, inclusive ao longo desses meses no que ocorreram as investigações, primeiro um trabalho competente do Ministério Público Federal, trabalho competente da Polícia Federal e também a forma como a PETROBRAS se comportou com relação a essas investigações. Eu não poderia deixar de registrar a maneira transparente e solícita com que a PETROBRAS se comportou. Esse fato ocorreu, os desdobramentos começaram a acontecer em dezembro de 2005, quando a Delegacia Fazendária da Polícia Federal solicitou informações da PETROBRAS. Primeiro, de natureza genérica com relação a determinadas pessoas, viagens a serviço e assim por diante. Essas informações continuaram sendo trocadas entre PETROBRAS e as autoridades policiais, quando aí a PETROBRAS foi comunicada oficialmente com relação às investigações pelo Ministério Público Federal. A companhia, prudentemente, não adotou nenhuma providência interna sabedora das investigações que vinham acontecendo. As únicas pessoas que sabiam disso era o Presidente da companhia, o Diretor de Exploração e Produção e o Chefe de Segurança



SENADO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DA MESA

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE

#### INQUÉRITO

Empresarial da empresa. Eram os três, e não foram tomadas medidas para facilitar as investigações comunicadas pelo Ministério Público Federal. Imediatamente, a empresa colaborou na sua totalidade com as informações, o Ministério Público Federal solicitou as documentações todas envolvendo as licitações, e depois que a PETROBRAS conheceu os detalhes na investigação, ela criou, como deve ter sido apresentado aqui, uma auditoria especial sigilosa sobre especialmente as irregularidades envolvendo manutenção e reparos das plataformas P-10, P-14, P-16 e P-22. O relatório da auditoria interna da PETROBRAS registrou contratos aditados com base em informações incorretas, inseridas com o objetivo de beneficiar empresas, acesso a informações privilegiadas da companhia por empresas prestadoras de serviços em troca de vantagens pecuniárias, viagens e etc. Isso foi o que a PETROBRAS levantou numa auditoria que executou a luz inclusive das investigações da Polícia Federal e do Ministério Público. Inicialmente foram identificados envolvimento de cinco empregados da companhia. Esse relatório foi encaminhado ao Ministério Público Federal e se constituiu numa das principais provas para a apresentação de denúncia. O Ministério Público ofereceu denúncia criminal contra suspeitos de participarem em fraudes, e aí é importante porque isso não ficou só na suspeição. A PETROBRAS tomou todas as providências devidas, sob o ponto de vista organizacional, dentro do que o Código de Ética da PETROBRAS determina e o Ministério Público, se os envolvidos forem considerados réus, como isso efetivamente aconteceu, eles respondem cada um pelos crimes de formação de quadrilha, corrupção ativa e passiva, fraude em licitação, falsidade documental, estelionato, peculato e sonegação de impostos.

É importante destacar, Sr. Presidente, o Ministério Público arrolou o gerente da auditoria interna da PETROBRAS como testemunha de acusação do processo, mostrando a maneira cuidadosa e a forma colaborativa com que a PETROBRAS trabalhou em todo esse processo, alinhada com a Polícia Federal e com o Ministério Público. Depois do oferecimento da denúncia, a PETROBRAS afastou os empregados acusados de suas funções, outra coisa importante que a PETROBRAS só não tomou essas medidas antes, para não prejudicar as investigações do Ministério Público e da Polícia Federal. Ou seja, a PETROBRAS foi muito cautelosa, muito cuidadosa. Em julho de 2007, a PETROBRAS comissão interna de apuração. O trabalho da comissão sustentou a decisão da Diretoria da companhia em demitir três empregados por justa causa envolvidos diretamente nos delitos e a suspensão dos outros que o relatório apontou negligência, por isso que eles foram suspensos.

Então, esse processo, ele tem uma cobertura grande, não só de

auditorias, das investigações, da punição naquilo que tange a PETROBRAS e as punições como réus dos diretamente envolvidos pelo Ministério Público Federal. Portanto, o processo que se fecha como um todo. É importante registrar que essa denúncia criminal, ela foi aditada para incluir outras pessoas, inclusive o Diretor Comercial da empresa Mauá Jurong que confessou isso, que inclusive o Senador Sérgio Guerra disse, o ajuste de pagamento de quatro milhões de reais à Angraporto em troca das informações. É importante destacar também que a PETROBRAS cuidadosa com a questão das empresas, no caso da IESA, da Mauá Jurong, etc., ela constituiu, Sr. Presidente, uma comissão interna de apuração de irregularidades para olhar a questão da empresa, das empresas. Que foi a preocupação aqui manifestada. Essa comissão criada pela PETROBRAS solicitou para que as empresas se manifestassem formalmente sobre o ocorrido. Em relação a uma dessas empresas, a comissão solicitou documentação dos autos ao Juiz responsável pelo processo, que já emitiu ofício à Polícia Federal para atendimento da demanda da PETROBRAS, o que está sendo providenciado. Aguarda-se a entrega dessa documentação pela Justiça para a conclusão das deliberações internas. Portanto, a PETROBRAS, ela está preocupada com as outras empresas, sim. E está tomando transparentemente e com a ajuda do Ministério Público e da Polícia Federal, as medidas cabíveis para investigar essas outras empresas. Sr. Presidente, é importante ressaltar mais uma vez que essas medidas, elas acompanham aquilo que o Código de Ética que todos os empregados da PETROBRAS conhecem, e só para se ter uma ideia dos números que a PETROBRAS trabalha, ela tem cerca de 240 mil contratos, 140 mil para aquisição de bens e outros cem mil para a contratação de serviços. Em 2007 a companhia contratou 71 bilhões de reais. Em 2008, 66 bilhões, obedecendo estritamente o procedimento licitatório simplificado instituído pelo Decreto 2745/98.

Portanto, o que eu quero dizer, Sr. Presidente, é que a PETROBRAS teve um papel exemplar nisso. Ela tomou as providências devidas, ela colaborou com as investigações, os responsáveis, eles foram punidos internamente, eles estão sendo punidos em função das investigações do Ministério Público Federal e da Polícia Federal, e eu queria fazer algumas ponderações com relação às empresas. Toda companhia, principalmente do porte da PETROBRAS, governos, precisam ter muito cuidado ao tratar dessas questões. O Estaleiro Mauá Jurong tem mais de quatro mil funcionários, isso representa muito para o Estado como o Rio de Janeiro. Então, muitas vezes não se pode, até que uma investigação apure com rigor o que efetivamente aconteceu, não se pode simplesmente tirar uma empresa do cadastro ou não deixar que uma empresa participe de processos licitatórios se não há uma fundamentação adequada, que é o que a PETROBRAS está procurando fazer, até solicitando informações para o Ministério Público e para a Polícia Federal.



SENADO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DA MESA

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE

## INQUÉRITO

Nós temos vários exemplos, nós não estamos falando só de Mauá Jurong ou de IESA. Nós tivemos exemplos agora de multinacionais. Siemens, Alston, foram suspensos ou essas empresas foram afastadas de processos licitatórios em empresas de energia, foram afastadas de processos licitatórios, por exemplo, em transportes urbanos em São Paulo e no meu ponto de vista os governos atuaram corretamente. Como é que uma empresa que tem tecnologia, que gera emprego, que atende aos requisitos que a companhia exige simplesmente porque houve um fato? Um fato que está sendo investigado, um fato pontuado. Nós não podemos generalizar, Sr. Presidente.

Então, eu quero só aqui argumentar que isso não aconteceu só com a IESA ou aconteceu com a Mauá Jurong. Aconteceu com grandes multinacionais do Brasil e com Governos dos Estados. Recentemente a mídia divulgou intensamente licitações que foram até executadas e contratadas por empresas que estavam sob suspeição. Mas não podemos condenar a ação de uma pessoa com a ação de uma companhia que presta serviços e é contratada para fornecer equipamentos para várias empresas. Então, nós não podemos ter dois pesos e duas medidas, nós temos que ter equilíbrio para analisar essas questões e separar essas questões adequadamente. E a PETROBRAS tomou essa providência de uma forma no meu ponto de vista correta porque ela está apurando, ela está investigando para se for necessário tomar as providências devidas, mas ela é uma empresa responsável, ela tem mais do que nunca um plano de... Todo um planejamento, onde ela efetivamente precisa cumprir prazos e precisa responder aos seus acionistas. A PETROBRAS é uma empresa responsável e, quando toma uma decisão, toma uma decisão como tomou em outras situações, decisões inclusive de excluir empresas que prestavam serviço para a companhia porque apurou-se depois de várias sindicâncias, de várias auditorias que teria havido algum tipo de dolo, tipo de problema com o conhecimento da direção dessas empresas. E assim foi feito. E eu conheço vários exemplos, alguns, inclusive, sendo arbitrados. Portanto, é assim que funciona a empresa. Agora, não pode é adotar dois pesos e duas medidas, porque nós estamos vendo que governos dos mais variados matizes e partidos políticos, mesmo diante de denúncias de grandes empresas, souberam muito bem investigar aquilo que era necessário se investigar, mas separar o joio do trigo e não prejudicar determinadas empresas que geram emprego, que estão estabelecidas, que tem tecnologia e que podem servir muito bem as grandes companhias ao Estado Brasileiro e a Estados, por exemplo, como São Paulo.

Então, é importante equilibrar essas coisas pra gente não começar a fazer uma análise destorcida. Nós temos que olhar com equilíbrio, porque o

gestor público tem essa responsabilidade e entendo que da PETROBRAS foram absolutamente corretos sob todos os aspectos, inclusive numa situação difícil para a companhia, que é manter o sigilo de uma investigação que estava acontecendo envolvendo quadros da própria empresa, alguns deles que tem 28, 30, 32 anos de empresa. Não é fácil fazer isso, não. Não é fácil tomar essa decisão. E é por isso que eu não poderia deixar de fazer esses registros. Muito obrigado, Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Os convidados querem comentar a fala do Senador? Não? Obrigado. Obrigado, Senador Delcídio. Obrigado, Senador Jefferson. V. Exa. deseja... Muito obrigado.

Nós vamos encerrar a nossa reunião, a nossa oitiva. Quero agradecer a participação de todos os convidados e considero encerrada a nossa reunião. A próxima terça-feira nós faremos uma reunião administrativa. Obrigado.

---

*Sessão encerrada às 16h55.*

Senador João Pedro  
Presidente